

SOCIOLOGIA FUNDAMENTAL CLÁSSICA

AUTOR

Luciano Miranda



EDUCAÇÃO DO CAMPO

SOCIOLOGIA FUNDAMENTAL CLÁSSICA

AUTOR

Luciano Miranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Santa Maria | RS
2019

©Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE.
Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da
Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Ricardo Vélez Rodriguez

PRESIDENTE DA CAPES

Anderson Ribeiro Correia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

REITOR

Paulo Afonso Burmann

VICE-REITOR

Paulo Bayard Dias Gonçalves

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

Frank Leonardo Casado

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Martha Bohrer Adaime

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO ACADÊMICO E DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Jerônimo Siqueira Tybusch

COORDENADORA DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Prof^a. Carmen Rejane Flores Wizniewsky

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

COORDENADOR UAB

Reisoli Bender Filho

COORDENADOR ADJUNTO UAB

Paulo Roberto Colusso

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO

Luciano Miranda

REVISÃO LINGUÍSTICA

Camila Marchesan Cargnelutti

Maurício Sena

APOIO PEDAGÓGICO

Carmen Eloísa Berlote Brenner

Keila de Oliveira Urrutia

EQUIPE DE DESIGN

Carlo Pozzobon de Moraes – Diagramação

Juliana Facco Segalla – Diagramação

Lisiane Dutra Lopes – Ilustração

Matheus Tanuri Pascotini – Ilustração

Raquel Pivetta – Diagramação

PROJETO GRÁFICO

Ana Letícia Oliveira do Amaral



M672s Miranda, Luciano

Sociologia fundamental clássica [recurso eletrônico] / Luciano

Miranda. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2019.

1 e-book

Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB

Acima do título: Educação do campo

ISBN 978-85-8341-250-2

1. Sociologia I. Universidade Aberta do Brasil II. Universidade Federal de Santa Maria. Núcleo de Tecnologia Educacional III. Título.

CDU 316

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central da UFSM

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PROGRAD



APRESENTAÇÃO

Os indivíduos dificilmente conseguem viver em completo isolamento. Necessitam interagir com outros indivíduos a fim de compartilharem suas visões de mundo, escolhas e práticas cotidianas. Em suma, para cooperarem uns com os outros. Tal compartilhamento é fundamental ao surgimento das condições mínimas à organização da sociedade. Portanto, o ser humano, seja entendido como indivíduo, pessoa ou simplesmente ator social, está necessariamente associado a alguma modalidade de sociedade, aqui entendida de modo genérico, desde o aparecimento de clãs, tribos, comunidades, etc., até a gradual complexificação do social que encontra sede na sociedade contemporânea.

Desde o momento em que os seres humanos surgiram sobre a Terra, apresentando graus diferenciados de evolução, isso tem sido assim. No entanto, o ser humano em sociedade, como preocupação a ser posta ao escrutínio da produção do conhecimento, é algo não tão distante no tempo. Na tradição ocidental, encontram-se profundas reflexões a partir da filosofia grega. Mais recentemente, em época em que a ciência tornou-se mais do que uma atividade, tornou-se uma ideia, uma concepção de mundo, ocorreu o advento da ciência do social, a sociologia. Mais precisamente no século XIX, seu nascimento contou com o surgimento do capitalismo e os fenômenos a ele associados: industrialização, urbanização, desigualdade, etc.

É a partir desse momento histórico que se desenvolve a sociologia “clássica”. Os seus autores fundamentais são considerados os “pais” fundadores da nova ciência: Auguste Comte, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Deram origem a tradições sociológicas distintas, em conformidade com as diferentes concepções de mundo e valores que nutriam. Inobstante as preferências por uns ou por outros, são a base teórico-conceitual que alicerça o desenvolvimento da sociologia estudada e praticada depois deles. Portanto, a presente obra dedica-se à revalorização do seu legado, por meio do resgate de noções-chave, que se orienta à subsequente aplicação à atividade educacional, em especial aquela que visa a formar o educador ou educadora do campo.

ENTENDA OS ÍCONES



ATENÇÃO: faz uma chamada ao leitor sobre um assunto, abordado no texto, que merece destaque pela relevância.



INTERATIVIDADE: aponta recursos disponíveis na internet (sites, vídeos, jogos, artigos, objetos de aprendizagem) que auxiliam na compreensão do conteúdo da disciplina.



SAIBA MAIS: traz sugestões de conhecimentos relacionados ao tema abordado, facilitando a aprendizagem do aluno.



TERMO DO GLOSSÁRIO: indica definição mais detalhada de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.

SUMÁRIO

▷ APRESENTAÇÃO · 5

▷ UNIDADE 1 – O PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DESDE SUA FORMAÇÃO COM COMTE E O POSITIVISMO, ATÉ A FORMALIZAÇÃO DA TEORIA SOCIOLÓGICA COM DURKHEIM E WEBER · 8

Introdução · 10

1.1 Origens da Sociologia · 11

1.2 Institucionalização da Sociologia · 15

1.2.1 Formalização da teoria sociológica com Durkheim · 22

1.2.2 Formalização da teoria sociológica com Weber · 37

Atividade - Unidade 1 · 51

▷ UNIDADE 2 – A TEORIA MARXISTA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS · 52

Introdução · 54

2.1 O Capitalismo · 55

2.2 A produção da desigualdade · 60

Atividade - Unidade 2 · 71

▷ UNIDADE 3 – A INFLUÊNCIA DA SOCIOLOGIA CLÁSSICA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO · 72

Introdução · 74

3.1 A influência da sociologia de Comte na Educação · 75

3.2 A influência da sociologia de Durkheim na Educação · 79

3.3 A influência da sociologia de Marx na Educação · 83

3.4 A influência da sociologia de Weber na Educação · 87

Atividade - Unidade 3 · 90

▷ CONSIDERAÇÕES FINAIS · 91

▷ REFERÊNCIAS · 92

▷ APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR AUTOR · 96

1

O PENSAMENTO
SOCIOLÓGICO DESDE
SUA FORMAÇÃO COM
COMTE E O POSITIVISMO,
ATÉ A FORMALIZAÇÃO DA
TEORIA SOCIOLÓGICA
COM DURKHEIM E WEBER

INTRODUÇÃO

A sociologia busca estudar as relações sociais que dão fundamento à gênese e estruturação das sociedades, seu funcionamento e sua influência junto às práticas sociais ou, noutros termos, para a deflagração das ações dos seres humanos que a integram e nela interagem. Para o que é observado, mais interessa a compreensão das regularidades – em vez das singularidades, embora sem excluí-las – nas práticas articuladas por agrupamentos de sujeitos.

Em face desse objetivo, o seu surgimento foi impulsionado e condicionado pelas transformações verificadas nas sociedades ocidentais, sobretudo no século XIX, em face de conquistas científicas, da industrialização, da urbanização e da gradual democratização. Esse processo inter-relacionado apresentou, ao menos nos países pertencentes a essa área geográfica específica, uma variedade de fenômenos novos constituintes da vida social nos primeiros tempos do já consolidado sistema capitalista.

A Unidade 1 é desenvolvida com base nesse contexto. Na Subunidade 1.1, tem-se como objetivo a apresentação das origens da sociologia e, em especial, o papel pioneiro desempenhado por Auguste Comte para a criação da disciplina e, mais tarde, o do seu sucessor Émile Durkheim. Já o objetivo da Subunidade 1.2 é apresentar o processo de institucionalização da sociologia, para o qual merece destaque sua inserção nas universidades. Essa subunidade conta com dois tópicos – 1.2.1 e 1.2.2 – que abordam, respectivamente, a formalização da teoria sociológica com Durkheim e com Max Weber. Estes pensadores deixaram como legado paradigmas sociológicos que são referências centrais nas ciências sociais.

1.1

ORIGENS DA SOCIOLOGIA

As condições *objetivas* ao advento da sociologia encontraram condições *subjetivas* junto às inquietações de pensadores, em grande medida influenciados pelo domínio intelectual da filosofia iluminista do século XVIII, cujas ideias postas em circulação convergiram ao primado da Razão, fonte fundamental da legitimidade e da autoridade que pôs em xeque a autoridade tradicional. Torna-se combustível para a Revolução Francesa (1789-1799) e para a difusão de ideias como liberdade, igualdade e fraternidade, representadas como exemplo na bandeira da França. O instrumento da Razão viria a ser o *exercício da crítica*, meio ao desenvolvimento da ciência e da busca dos valores assentados a essa nova sociedade.

Por um lado, se no mundo das ideias era possível encontrar repositório filosófico fundante de uma era de iluminação benéfica à dinâmica social, por outro, o processo revolucionário (político, burguês, industrial, etc.) acarretou uma série de problemas novos em sociedade que exigiram sua resolução ou atenuação: miséria, exploração do trabalho, violência, etc. Na busca de soluções, portanto, pensadores elaboraram questionamentos cujas respostas seriam encontradas na pesquisa orientada ao mundo concreto da vida social, contrastante àquele outro mundo idealizado.

Desse contexto, “concreto e das ideias”, que podem ser encontrados precursores da sociologia no período entre os séculos XVIII e XIX, entre os quais Montesquieu e Rousseau – considerados por Durkheim em suas aulas na Faculdade de Bordeaux –, bem como Tocqueville e Saint-Simon. Não obstante, para o seu advento como ciência autônoma, destaca-se o legado de Auguste Comte.

Destarte, o ponto de partida para o estudo da sociologia é o positivismo comtiano. O filósofo, desde muito cedo, pensa e busca fazer um novo mundo: “Desde 1816 ele analisa a atualidade através de uma filosofia da história generalizada” (PETIT, 2007, p. 34).

Auguste Comte (Isidore Marie Auguste François Xavier Comte – 1798-1857) apresentou pela primeira vez em 1822 o termo “física social”, em momento que, por um lado, era fortemente influenciado pelo socialismo utópico de Saint-Simon e, por outro, admirado com as conquistas da física, disciplina científica com destaque à explicação da natureza. Com a física social, Comte preconizava à sociologia estatuto equivalente em relação ao estudo dos fenômenos sociais, de modo a serem criadas as condições de desenvolvimento de uma ciência ocupada da elaboração e descrição de suas leis fundamentais (LEVINE, 1997).

Comte foi um filósofo cuja vida foi marcada pela complexidade dos laços familiares, problemáticos e que por ele seriam rompidos, e a precariedade da sua situação econômica. A formação do seu pensamento, exerceu significativa influência durante o período em que estudou na Escola Politécnica de Paris, onde ingressou em 1814, aos 16 anos de idade. A percepção de que esta representava a comunidade verdadeiramente científica foi explicitada em carta, datada de 1842, endereçada a John Stuart Mill (1806-1873).

Na Politécnica, foi influenciado por cientistas de renome, como o astrônomo Pierre Simon de Laplace (1749-1827), o físico Sadi Carnot (1796-1832) e o matemático Joseph-Louis Lagrange (1736-1813), cuja Mecânica Analítica inspirou Comte a adotar a perspectiva histórica na abordagem dos princípios de cada ciência (GIANOTTI, 2007).

Após o fechamento temporário da Escola, em 1816, em razão da derrota de Napoleão e a restauração da Casa Real de Bourbon, Comte prosseguiu os estudos em Paris e passou a contar com a influência de pensadores, conhecidos como “ideólogos” (Destutt de Tracy, Cabanis e Volney, entre outros), teóricos da economia política, como Adam Smith, e a filosofia de David Hume.

Inobstante esse rol de influências, a obra de Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, conhecido como Marquês de Condorcet (1743-1794) foi decisiva para a formação do pensamento comtiano. No *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano*, Condorcet discorre sobre o papel das invenções e descobertas da ciência e da tecnologia ao desenvolvimento da humanidade, viabilizando o exercício da razão à organização social e política.

Nos primeiros anos da sua formação, também foi importante a influência – em especial ao estudo das “ciências políticas” – de Claude-Henri de Rouvroy, o Conde de Saint-Simon (1760-1825), de quem foi secretário, e com quem, porém, viria mais adiante a romper por causa de divergências em torno do método de incidência sobre a organização social: ao passo que Comte se encontrava orientado à perspectiva de reforma teórica, Saint-Simon voltava-se ao empreendimento de tarefas práticas de caráter também reformista.

É no período de convívio profissional com Saint-Simon que Comte publicou, em 1822, o ensaio *Plano dos Trabalhos Científicos Necessários para Reorganizar a Sociedade ou Opúsculo Fundamental*, em que surge o termo “física social”, acima mencionado, e a teoria ou lei dos três estados.

A Revolução Francesa teria acarretado a anarquia na sociedade daquele país. Restaria a autoridade dos cientistas, os quais seriam, portanto, os únicos capazes de liderar a reorganização social, viável por meio de uma completa reforma intelectual do homem. Esta surgiria mediante a incorporação de novos hábitos de pensar de acordo com os avanços apresentados pelas ciências. Para tanto, o necessário conhecimento da lei dos três estados, que corresponde a uma filosofia da história – um dos três temas básicos do pensamento comtiano, juntamente a uma classificação das ciências baseadas na filosofia positiva e uma sociologia.

O objetivo de Comte com a lei dos três estados é o de “mostrar as razões pelas quais uma certa maneira de pensar (chamada por ele de filosofia positiva ou pensamento positivo) deve imperar entre os homens” (GIANOTTI, 2007, p. 22).

Daí, as três fases distintas: *a teológica, a metafísica e a positiva*, as quais representam o progresso do espírito, de uma menor a uma maior complexidade para a observação dos fenômenos. A fim de evitar equívocos, é necessário salientar que a referência ao espírito humano corresponde ao conhecimento científico. Com efeito, o positivismo é cientificista, materialista, embora adote termos que podem dar ensejo a interpretações orientadas a sentidos diversos. Por conseguinte, essa filosofia da história está voltada fundamentalmente à história das ciências.

No *estado teológico*, menos complexo, poucos eram as observações positivas dos fatos conhecidos, as quais eram realizadas pelos sábios que recorriam a agentes sobrenaturais. Concomitante à explicação da natureza, o conhecimento no estado teológico contribuía de modo significativo à coesão social, necessária à vida moral.

O *estado metafísico*, a seguir, está em relação com o estado anterior e aquele que o sucede. Distingue-se do teológico na medida em que é abstrato em vez de concreto e recorrente à argumentação em vez da imaginação. Distingue-se do positivo por carecer da observação regulada pela regularidade, isto é, pelas leis de coordenação e sucessão dos fenômenos.

Assim, no *estado positivo* a observação dos fenômenos subordina a imaginação e a argumentação. Enquanto que os dois primeiros estados sustentam-se à consideração das causas dos fenômenos, o estado positivo busca pesquisar suas leis, entendidas como tais por decorrerem das observações de fenômenos que estabelecem entre si relações constantes.

É com o estado positivo que se torna possível, de acordo com Comte, o advento das “ciências como investigação do real, do certo e indubitável, do precisamente determinado e do útil” (GIANOTTI, 2007, p. 25). O estado positivo viria então a ser o mais elevado e definitivo no desenvolvimento das ciências, acarretando ao conhecimento o poder espiritual dos cientistas ao mesmo tempo em que aos industriais caberia o controle sobre o poder material.

Essa filosofia da história comtiana encontra-se em relação com sua *classificação das ciências baseadas na filosofia positiva*, dos objetos mais simples aos mais complexos, isto é, de acordo com o filósofo, da matemática à sociologia, abordada adiante. A hierarquia comtiana das ciências era por ele tão bem estabelecida que o filósofo dela fez “a base de toda a educação e o remédio para a ‘divagação das inteligências’” (PETIT, 2007, p. 39).

Com a perda – em 1824 – da remuneração obtida junto a Saint-Simon, Comte, casado com Caroline Massin e tendo de sustentar-se, lecionou aulas particulares de matemática. Desde 1826, deu início ao *Curso de Filosofia Positiva*, realizado em sua própria casa, frequentado por nomes proeminentes, e que veio a ser publicado, a partir de 1830, em seis volumes.

Destaque-se, no período, a elaboração comtiana do termo “sociologia”, em 1838, com o objetivo de vir a ser uma ciência autônoma, embora sincrética a outras disciplinas científicas no seu sentido atualmente compreendido. Aliás, o neologismo “sociologia” se inspirava no termo adotado à “biologia”, a qual interessava Comte, definindo assim correspondências ao estudo dos seres organizados.

Entre o início do curso e 1844, Comte, no entanto, teve de enfrentar uma série de dificuldades: entrou em colapso mental seguido de depressão que acarretou a interrupção do curso na terceira aula, separou-se da esposa em 1842, e foi excluído do posto de examinador de admissão na Escola Politécnica em 1844 – por valorizar os biólogos e sociólogos em detrimento dos matemáticos.

Passou a contar para o sustento com o apoio de amigos e admiradores. Nesse mesmo ano, conheceu Clotilde de Vaux, “musa” que contribuiria à reorientação de seu pensamento. Um ano depois, ela morreria, mas a afeição de Comte por ela se aprofundaria. Sob essa influência, publicou a *Política Positiva ou Tratado de Sociologia Instituído a Religião da Humanidade* (em quatro volumes, de 1851 a

1854) e *Catecismo Positivista ou Exposição Sumária da Religião Universal* (1852).

Deflagrada a sua sistematização a partir do *Curso de Filosofia Positiva*, a sociologia comtiana, por conseguinte, é abrangente: engloba a filosofia da história, a economia política, a ética e muito da psicologia. Subdivide-se em estática social e dinâmica social. A estática social está fundada na ideia de ordem – caracterizada fundamentalmente por instituições, com vistas a estudar as condições constantes da sociedade.

A *dinâmica social*, por sua vez, está fundada na ideia de progresso, cabendo-lhe o estudo das leis verificáveis na sociedade que orientam o seu desenvolvimento progressivo. A segunda, para o filósofo, está subordinada à primeira, a qual, no entanto, por aquela é aperfeiçoada.

Essa sociologia orienta-se à política na medida em que busca a reorganização social e a reforma intelectual do homem, objetivos em relação aos quais a Revolução Francesa fracassara. Comte, a propósito, reconhecia e aceitava a desigualdade por crer que os homens são desiguais. Todavia, em face do crescimento do proletariado industrial, em vez de solução revolucionária – a exemplo de seu contemporâneo Karl Marx – propunha alternativa para a diminuição dos conflitos de classe por meio da “moralização” dos capitalistas. Noutros termos, em sua perspectiva conservadora e elitista, não postulava a abolição da propriedade privada, mas a diminuição do ímpeto egoísta dos capitalistas.

Nesse sentido, a sociologia comtiana produziu fundamentos teóricos para a reforma das instituições, aí incluída a família, a linguagem, a propriedade, a religião, etc. Essa reforma deveria ser conduzida por uma nova elite científico-industrial capaz de instaurar o espírito positivo na reorganização das estruturas políticas e sociais. Portanto, exigiria reforma intelectual e política, a qual contava com desdobramento na forma de uma religião da humanidade, em que Deus era substituído pela Humanidade, e em que se comemoravam e honravam as grandes obras do pensamento e seus autores.

O *método histórico* seria o método próprio da sociologia, contando com a busca, entre os objetivos a serem realizados, da positividade do estudo dos fenômenos sociais e das diretrizes de uma educação saudável. A complexidade atribuída à sociologia na hierarquia das ciências decorria do próprio fato de ser mais complexo o estudo de seres vivos e, entre estes, ainda mais complexa seria a humanidade.

1.2

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA

Pequenas coletividades intermediárias aos indivíduos e às instituições dinamizam e, portanto, “dão vida” à atividade científica. Pode-se considerar tais coletividades, de um modo geral, como “redes” (MUCCHIELLI, 2001), que abarcam diferentes denominações (rede, equipe, laboratório, círculo, grupo, escola, etc.), cujo papel na institucionalização de uma disciplina científica autônoma é fundamental.

Com efeito, ao abordar-se algum “pai fundador” da sociologia – como Comte, Durkheim ou outro dos pensadores abordados neste livro – sem se levar em conta esse processo articulador ao surgimento de uma nova ciência, acarreta um ocultamento de momentos-chave sem os quais a mesma se inviabilizaria. Noutros termos, esse desconhecimento histórico implica o desconhecimento da especificidade da própria institucionalização científica.

Os “chefes de escola”, como já se faz notar, puderam contar com precursores bem como com colaboradores, “discípulos”, que se encarregaram de levar adiante a difusão das ideias e, com isso, tornaram viável o processo de legitimação das mesmas. No caso da experiência francesa – eixo fundamental de estruturação das ideias aqui apresentadas – é bastante temerário dizer-se de uma completa e uma definitiva autonomização da sociologia senão no momento posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Ademais, antes disso, havia muita permeabilidade entre as fronteiras disciplinares, com efeito muitas vezes de difícil distinção e de complexa definição. Dito de outro modo, a rigidez hoje constatada à divisão das ciências, isto é, das disciplinas científicas como a sociologia, rigidez essa que por vezes “engessa” a possibilidade de produção do conhecimento, veio a consolidar-se de modo muito recente. De toda sorte, é preciso recuar ao momento anterior a fim de entender como paulatinamente a sociologia ingressa – com legitimidade – na instituição universitária.

Na França, nas duas últimas décadas do século XIX, verificou-se significativo surgimento de autores e de círculos de autores que reivindicavam para si a definição ou o reconhecimento como “sociólogos”. Para tanto, buscavam a autonomia da sociologia em relação a outras abordagens preexistentes as quais tentavam desenvolver o seu ensino no meio universitário.

Ao focar-se aí um momento-chave da institucionalização da sociologia, nisso não se desconsidera que a “sociologia” já fora assim nomeada por Auguste Comte, em 1856, na 47ª Lição do Curso de Filosofia Positiva. Tampouco que o seu discípulo, Émile Littré, fundara, em 1872, a primeira Sociedade de Sociologia. No entanto, a partir da morte, em 1881, de Littré e o fim de sua revista *La Philosophie Positive*, a influência da sociologia na Universidade enveredou por declínio. Essa tradição positivista não teve continuidade direta ao nascimento da sociologia universitária por conta de, na nascente ciência social, o pensamento do britânico Herbert Spencer

ser hegemônico na França da década de 1880 (MUCCHIELLI, 2001).

Foi a geração intelectual posterior, tirando proveito de fatores políticos, sociais e culturais que as beneficiavam, que veio a viabilizar, com efeito, o surgimento da sociologia universitária. Nesse sentido, a criação da École Pratique des Hautes Études (EPHE) desempenhou papel de destaque, pois às suas quatro seções – cujo interesse às ciências humanas residia na quarta: das ciências históricas e filológicas – foi acrescida, em 1885, uma quinta seção, dedicada às ciências religiosas.

Essa seção viria a ser então muito importante para o grupo de Émile Durkheim, que também se aproveitou do desenvolvimento no período das faculdades de Letras, as quais viabilizariam a criação de cursos para as ciências humanas, entre os quais o de Ciência Social, criado por Durkheim em 1887 em Bordeaux.

Para tanto, haveria que se financiar – por meio de bolsas de estudo – os públicos que sustentariam as faculdades de Letras, que cresceram de quinze mil a quarenta mil estudantes no período entre 1880 e 1914 no conjunto das universidades francesas. O surgimento de revistas especializadas refletiu essa profissionalização dos públicos decorrente da diversificação e incremento institucionais. Com efeito, de modo distinto das revistas gerais, nas especializadas atuavam principalmente autores originários do meio universitário.

Por outro lado, a dinâmica interna de desenvolvimento da sociologia na França entre 1880-1900 coincidiu com o período de fundação – em 4 de setembro de 1871 – da Terceira República, que viria a instalar na sociedade francesa o que se denomina por “Estado de bem-estar” (social). Constata-se aí tensionamento entre a “questão social” e o recrudescimento da organização do proletariado. Aliás, em alguma medida nessa época, confundia-se a sociologia com o socialismo ou, de modo similar, era nutrida a impressão de que ela constituía a sua forma científica (RODRIGUES, 1978).

Portanto, não por acaso se deu paulatinamente esse processo de valorização de “políticas sociais”, já que tampouco se pode minimizar a magnitude dos efeitos produzidos pela Comuna de Paris, insurreição que durou de 18 de março a 28 de maio desse mesmo ano. Seus líderes, os *communards*, seriam duramente reprimidos pelo então novo governo de Thiers, formado a partir dessa pressão interna, bem como ante a pressão externa proveniente sobretudo das rivalidades com a Alemanha.

Em suma, para o seu desenvolvimento, a sociologia foi tributária da Terceira República na medida em que a ideologia desta era impulsionada – não sem aquelas pressões – por preocupações relacionadas à transformação da sociedade. A fim de que esta ocorresse, então seria preciso conhecer a sociedade, *cientificamente*, pois a ciência é que possibilitaria a descoberta das leis que regem a sociedade. Nisso, coincidindo no período a incorporação generalizada das estatísticas em ciências humanas, em especial por Gabriel Tarde e – de modo destacado – por Durkheim, que dela fez amplo uso em *O Suicídio*, de 1897.

A combinação da crise econômica e ascensão do socialismo junto a problemas nas colônias estrangeiras acarretou, a partir de 1885 a crise da Terceira República e a busca de coerência ideológica aplicada à política. O “solidarismo”, isto é, a ideologia da solidariedade, tornou-se palavra de ordem em circulação ao tempo da instalação do Estado de bem-estar. Por meio dele, adotou-se o princípio geral da seguridade social, assistência médica e fortalecimento do direito do trabalho.

Em razão dessa conjuntura política, Spencer, que fora o pensador mais importante na década de 1870, por causa de seu darwinismo social e ultraliberalismo – opostos ao Estado de bem-estar e a ideia de solidariedade – passou a ser marginalizado. Em contraste, contrariamente, Durkheim veio a tornar-se a referência científica central do solidarismo (MUCCHIELLI, 2001, *passim*). Ademais, de modo concomitante, crescia a influência do socialismo – já forte no meio operário – entre os jovens intelectuais, cumprindo destaque sua introdução na École Normale Supérieure (ENS).

Além do socialismo, outro fator político de coesão entre os intelectuais que propiciaria condições ao desenvolvimento da sociologia foi o Caso Dreyfus, considerado o evento político mais impactante do fim do século XIX. Nesse sentido, o grupo de Durkheim beneficiou-se do fato de nutrir laços pessoais com os círculos de egressos da ENS, os quais aderiram tanto ao socialismo quanto à defesa de Dreyfus.

Na medida em que o caso era esclarecido entre intelectuais e opinião pública, perdiam legitimidade discursos que promoviam a desigualdade, inclusive com pretensão científica, vide o caso da antropologia racial, a qual enfraqueceria após o desfecho do caso. Ao contrário, como consequência, em vez de buscar-se a sociedade na raça e na fisiologia, ganhou força a pesquisa das crenças, dos modos de pensar, dos valores, da cultura, que fundam uma sociedade, tal como preconizava Durkheim e os intelectuais de sua equipe.

Na perspectiva contemporânea, a opção a essa “nova” abordagem parece óbvia. No entanto, àquela época, ainda não era algo claro e assentado. Não se pode esquecer que, antes do surgimento da sociologia universitária, eram as ciências biomédicas as encarregadas de propiciarem explicações científicas sobre as condutas humanas.

Essas ciências adotavam abordagem fundamentalmente naturalista, de modo a darem conta do estudo dos indivíduos e de seus grupos por meio da investigação de sua natureza biopsicológica, a qual estaria subjacente aos comportamentos sociais carentes de explicação. Dessa forma, mediante tal abordagem, voltaram-se as atenções à constituição cerebral, hereditariedade, raça, etc., com predomínio das teorias da degenerescência, em psiquiatria, e da antropologia racial. Esses modelos naturalistas alcançaram o seu apogeu entre as décadas de 1860 e 1890.

Essa tendência passou a enfraquecer-se por causa de fatores políticos, sociais e culturais, em especial desde meados dos anos 1880, que acarretaram a sua ruptura e a emergência de condições objetivas à consolidação das ciências sociais. O primeiro pensador a reagir com vigor às abordagens naturalistas das ciências biomédicas foi Gabriel Tarde (1843-1904), que se contrapôs criticamente à corrente evolucionista, composta por darwinistas sociais e biocriminólogos italianos cujo expoente foi Cesare Lombroso (1835-1909). Em substituição, Tarde propôs a concepção da “interpsicologia” cujos desdobramentos em sua carreira consagrada lhe permitiriam tornar-se membro do Collège de France e da Academia de Ciências Morais e Políticas.

Em seguida foi a vez de Durkheim reagir: buscava uma ruptura mais profunda a fim de que a sociologia viesse a ser instituída tendo como base uma filosofia e uma psicologia do homem em sociedade. Para Durkheim, era necessário o desenvolvimento de instrumentos de análise e de interpretação específicos de modo a satisfazerem o estudo dos novos fenômenos sociais emergentes da associação dos homens em sociedade.

Àquela época, de modo concomitante, também mereceu destaque a atuação de René Worms (1867-1956) em virtude de seu papel significativo para a criação das primeiras instituições próprias da sociologia, a *Revue Internationale de Sociologie* (1893) – organizadora de congressos anuais – e a Sociedade de Sociologia de Paris (cujo primeiro presidente foi Tarde). Porém, do ponto de vista intelectual, Worms não chegou a romper com a abordagem naturalista.

O grande êxito, no entanto, foi de Durkheim. Sua influência permaneceu para além desse momento de institucionalização da disciplina. De fato, ele e sua equipe deixaram um legado com o qual se opera até os dias atuais. Mesmo tendo iniciado seu empreendimento sociológico posteriormente e tendo enfrentado mais obstáculos para alcançar a consagração na carreira, em comparação aos demais sociólogos, sua força sobreviveu ao tempo.

Quais são os fatores que explicam esse sucesso?

1º O sentido de missão política nobre ao desempenho da atividade sociológica:

Em face da crise social e moral da sociedade francesa, a vocação do sociólogo propiciaria a indicação de “remédios” para o restabelecimento da solidariedade entre os membros da sociedade. Uma perspectiva filosófica dualista – do homem físico e do homem moral (social) – ligava Durkheim às tradições de Saint-Simon, Comte e Montesquieu. Na obra *Divisão do Trabalho Social* (1893), demonstrou que o homem é um animal social na medida em que é educado pela sociedade, e se contrapôs a Spencer, ao individualismo e ao naturalismo. Portanto, a sociologia durkheimiana encontraria guarida ante as inquietações e transformações vivenciadas pela sociedade francesa da época.

2º O reconhecimento da qualidade de seus estudos e escritos:

Tendo sido egresso em filosofia da ENS, Durkheim de imediato produziu artigos bem recebidos sobre a atualidade da filosofia e as ciências sociais na Alemanha, propiciando-lhe reputação e a possibilidade de contar com a deflagração em Bordeaux do primeiro curso de sociologia numa faculdade de Letras. No entanto, depois do êxito da tese *Divisão do Trabalho Social*, ele fracassou com *As Regras do Método Sociológico* (1895). De toda sorte, reabilitou-se logo em seguida por meio da publicação de *O Suicídio* (1897), que impressionou à época por causa do aparato estatístico empregado.

3º O empreendimento da formação de uma equipe de trabalho:

Em contraste a Worms e a Tarde os quais não conseguiram consolidar grupos de pesquisa e de difusão científica de modo duradouro, Durkheim foi exitoso na organização, em meados da década de 1890, de uma equipe de jovens sociólogos – sobretudo egressos como ele da filosofia da ENS –, a qual, de modo concertado a partir de consenso epistemológico, viabilizou o lançamento, em 1898, da revista *Année Sociologique*, um grande sucesso editorial cuja publicação continua até o

presente. A revista continha como proposta a realização de análises bibliográficas críticas de modo a promover modos de pensar e raciocinar especificamente sociológicos, com base na fórmula durkheimiana de “explicar o social pelo social”. Para tanto, os sociólogos apropriavam-se de pesquisas psicológicas, históricas, etc., que passavam pelo crivo propriamente sociológico, isto é, que eram criticadas do ponto de vista de um método sociológico. Destaque-se que, entre os colaboradores iniciais, já despontava a figura de Marcel Mauss (1872-1950), que era sobrinho de Durkheim.

4º O engajamento político coerente às concepções norteadoras da sociologia:

As concepções de solidariedade e de bem-estar encontravam eco nas adesões da equipe de Durkheim: era composta fundamentalmente por jovens socialistas, engajados também no Caso Dreyfus. Portanto, foi nesse ambiente de ascensão político do socialismo e de denúncia contra a infâmia racista do governo francês, que se forjou a coesão interna do grupo, pois dessas lutas políticas haveria o reforço das solidariedades no interior da equipe. Durkheim, pessoalmente, não chegou a se engajar de modo direto na política. Mas ele não deixou de posicionar-se efetivamente no Caso Dreyfus e tampouco ocultou suas simpatias pelo socialismo, tendo sido amigo pessoal do líder socialista Jean Jaurès (1859-1914). O quadro 1 detalha os eventos da Comuna de Paris e do Caso Dreyfus os quais muito influenciaram na organização das ciências sociais entre o fim do século XIX e o início do XX.

QUADRO 01 – Comuna de Paris e Caso Dreyfus como fatos políticos relevantes à época de Durkheim:

COMUNA DE PARIS (1871)	CASO DREYFUS (1894-1899)
<p>Entre 18 de março e 28 de maio de 1871, ocorreu a primeira tentativa da história de constituição (criação e implantação) de um governo socialista, baseado nos princípios da Primeira Internacional dos Trabalhadores, liderada por Karl Marx e Friedrich Engels. Para tanto, ocorreu a deflagração de uma revolução proletária na capital francesa.</p> <p>Os communards, assim denominados os integrantes da insurreição, reagiam tanto contra o governo francês quanto o alemão, em face do armistício arranjado ao desfecho da Guerra Franco-Prussiana, ocorrida no mesmo período com a derrota francesa.</p> <p>Inimigos nos campos de batalha, os dois governos tornaram-se aliados para perseguir e derrotar os trabalhadores. A partir de então, com o</p>	<p>Em 1894, papéis foram encontrados no escritório do exército alemão na França, que viriam a indiciar Alfred Dreyfus, capitão do exército francês, como traidor. Nos papéis, a caligrafia era atribuída a Dreyfus, mas isto não fora unanimidade entre os peritos. Além da inconsistência das provas apresentadas, o oficial, que foi posto incomunicável, declarava-se inocente.</p> <p>A imprensa manipulou o estigma de ele ser judeu e jogou a opinião pública contra Dreyfus. Ele então foi expulso do exército, em cerimônia pública humilhante, e enviado à Ilha do Diabo para cumprir pena de prisão perpétua.</p> <p>Três anos depois da condenação, descobriu-se que o comandante Esterhazy era o verdadeiro traidor. Mas ele foi inocentado, do contrário o processo Dreyfus seria revisado.</p>

desmantelamento do movimento, cerca de 20 mil communards foram executados pelas forças de Thiers, à frente da recém fundada Terceira República. No entanto, estimam-se cerca de 80 mil mortos em face das baixas em combate.

A matança de Thiers, inclusive de pessoas a quem não se tinha comprovação de participação na Comuna, cessou apenas em decorrência do temor de epidemias por causa da quantidade de cadáveres. Em suma, as condições objetivas desse acontecimento histórico fizeram-se viáveis na medida em que grupos revolucionários combinaram sua liderança ao espontaneísmo político das massas, cuja iniciativa tirou proveito da conjuntura de uma guerra perdida e de uma guerra civil em curso.

A parcialidade foi a tônica no processo: já começara com veredito preestabelecido, pois o Alto Comando tornara público seu posicionamento, afirmando a culpabilidade. Tudo poderia ter terminado muito mal caso o escritor Émile Zola não publicasse o seu J'Accuse ("Eu acuso") no jornal L'Aurore - rara exceção, pois a maioria da imprensa aderira aos ataques ao militar - em que denunciava como acusação os poderes da França.

Em 1899, o presidente francês perdoou Dreyfus e permitiu que ele voltasse a Paris e tivesse de volta sua patente no exército, o que aconteceu em 1906, quando a opinião pública estava mais calma.

FONTE: ADAPTADO DE MIRANDA (2005).

A consagração institucional de Durkheim - e de sua equipe - foi obtida enfim em 1902, data em que ele é nomeado para a Sorbonne e a partir da qual, paulatinamente, ele torna-se reconhecido como "o chefe da escola sociológica francesa". Todavia, a autonomia universitária completa da sociologia tornar-se-ia viável somente a partir da década de 1950. Antes disso, no caso francês, ela teve seu desenvolvimento muito atrelado, por um lado, às faculdades de Letras, e em razão da influência dos egressos da ENS, por outro, à filosofia.

Especificamente aos durkheimianos, acrescente-se o peso das ciências religiosas da EPHE, já que, por meio do estudo da história dos mitos e das religiões, eles se dedicaram de modo intenso a análise das categorias de pensamento e das representações coletivas. Com efeito, tanto por ter sido base de pesquisa e de recrutamento de pesquisadores, a EPHE propiciou importante via de legitimação institucional à sociologia muito antes da realização de sua autonomia universitária.

No processo de institucionalização - e daí disciplinarização - cabe atentar dentre tantas influências do positivismo comtiano à sociologia de Durkheim, a preocupação em relação ao estabelecimento de divisões, classificações que organizam a nova ciência. O quadro 2 apresenta a sua proposta de divisões da disciplina.

<p>MORFOLOGIA SOCIAL (FORMA EXTERIOR E MATERIAL DA SOCIEDADE)</p>	<p>Estudo da base geográfica dos povos em suas relações com a organização social.</p> <p>Estudo da população, seu volume, densidade e distribuição geográfica.</p>
<p>FISIOLOGIA SOCIAL (MANIFESTAÇÕES PARTICULARES – RAMOS – VITAIS DA SOCIEDADE)</p>	<p>Sociologia Religiosa Sociologia Moral Sociologia Jurídica Sociologia Econômica Sociologia Linguística Sociologia Estética</p>
<p>SOCIOLOGIA GERAL (LEIS GERAIS QUE CARACTERIZAM O FATO SOCIAL)</p>	

FONTE: ADAPTADO DE RODRIGUES (1978, P. 45).

Ao tratar-se da autonomia da sociologia, por conseguinte, questiona-se de modo sistemático o estatuto epistemológico das suas fronteiras disciplinares em relação a outras ciências, especialmente aquelas cujas zonas limítrofes são problemáticas. Também nesse procedimento crítico os durkheimianos foram exitosos. A depender das disciplinas contrastadas – como a economia política ou a criminologia médica, mais afastadas do ponto de vista institucional –, quase não houve reações. Entretanto, a problematização adquiriu relevo na medida em que estabeleceu diálogo com disciplinas – como a história, a geografia, a etnologia, a linguística, a psicologia – cuja influência da sociologia é incontestável.

Essa influência sobre disciplinas “próximas” propiciaria alianças intelectuais e institucionais as quais também podem ser contabilizadas ao processo de institucionalização da sociologia. Processo este que foi profundamente abalado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que matou toda uma juventude intelectual na qual se incluía Andrès, filho de Durkheim. Este morreria de desgosto com a perda do seu herdeiro. No pós-guerra, mesmo que rumasse à autonomia completa, a sociologia havia perdido então a capacidade de outrora para conquistar afetiva e intelectualmente jovens engajados à transformação da sociedade.

1.2.1 Formalização da teoria sociológica com Durkheim

Émile Durkheim (1858-1917), como se tem constatado até aqui, é de importância central para a institucionalização da sociologia e seu efetivo reconhecimento como ciência fundamental às necessárias intervenções junto à sociedade de modo a transformá-la. Para tanto, Durkheim se baseia nos fundamentos morais da sociedade, de onde provêm os costumes válidos. Concebe-a como um **corpo** coeso, integrado.



SAIBA MAIS: Esse corpo é análogo ao corpo humano – cujas funções à sua sobrevivência são desempenhadas por determinados órgãos, que devem funcionar de modo integrado e harmônico. Disso, essa sociologia é referida como organicista ou funcionalista, orientada a integração – ou coesão – social.

Para a realização dessa finalidade, o papel da ciência é o de assegurar a *solidariedade social*. Nessa perspectiva, *os indivíduos existem em função da sociedade* – e não o contrário – e são submetidos à *coerção dos fatos sociais*. Com efeito, é uma premissa ao desenvolvimento da sociologia durkheimiana a concepção de que são os fatos sociais – tratados como “coisas” sociais a fim de reforçar a separação da sociologia da filosofia – que subsidiam a construção do método sociológico e por meio dele viabilizam a explicação das regularidades verificadas em sociedade.

Essa “reação científica” é formulada em termos de tarefa, por meio da qual, com efeito, buscam-se dados empíricos em vez de ideias abstratas – não raro “impostas” pelos filósofos ou por um teorismo exacerbado – que fornecem o fundamento para a pesquisa científica cujos objetivos se voltam a essa sociedade e que procuram nela mesma os princípios que orientam a sua explicação.

Nesse sentido, a sociologia é uma ciência com objeto próprio – os fatos sociais – e é uma ciência positiva na medida em que empreende estudo metódico – baseado na observação e experimentação – que acarreta o estabelecimento de leis que explicam o seu domínio: a vida social. Para Durkheim, a vida social coincide com o conjunto dos diversos fenômenos morais – isto é, meios constituídos pelas ideias – em torno do indivíduo.

Em relação às consciências individuais, esses meios se equiparam aos meios físicos com relação aos organismos vivos (RODRIGUES, 1978). As representações da realidade apresentam inúmeras dimensões, para além das verbalizações, mesmo incluindo os modos pelos quais os indivíduos organizam-se territorialmente. A partir do seu interior, cabe ao sociólogo estudar e classificar as mediações empíricas que elas estabelecem bem como revelar a ideologia implícita – portanto oculta(da) – contidas nessas representações.

Dessa abordagem, podem ser extraídas duas consequências imediatas:

- 1) a sociedade poder estudada cientificamente; e
- 2) o social se sobrepõe, e portanto prepondera, ao individual (RITZER, 2011).

Isso é muito significativo, já que a sociedade contemporânea tende a atribuir tudo aos indivíduos – recessões econômicas, desemprego, desigualdade, racismo, poluição, etc. Durkheim inverte a perspectiva, na medida em que os fatos sociais “fazem” a sociedade e tendem a definir a vida social, na qual a vida individual subsume.

Mas afinal, o que são esses **fatos sociais**?

Eles são:

- 1) as estruturas sociais;
- 2) as normas culturais; e
- 3) os valores culturais.

São externos às pessoas – “atores”, numa terminologia da sociologia – e lhes são coercitivos. Por exemplo, os agricultores são constrangidos pelas estruturas sociais, como a burocracia dos ministérios relacionados à sua atividade, e pelos valores e normas da sociedade brasileira, que despende grande importância à agricultura, não só como produtora de alimentos como também de divisas que ingressam nas contas públicas. De modo similar, os fatos sociais constrangem as pessoas nas mais diversas áreas da vida social.

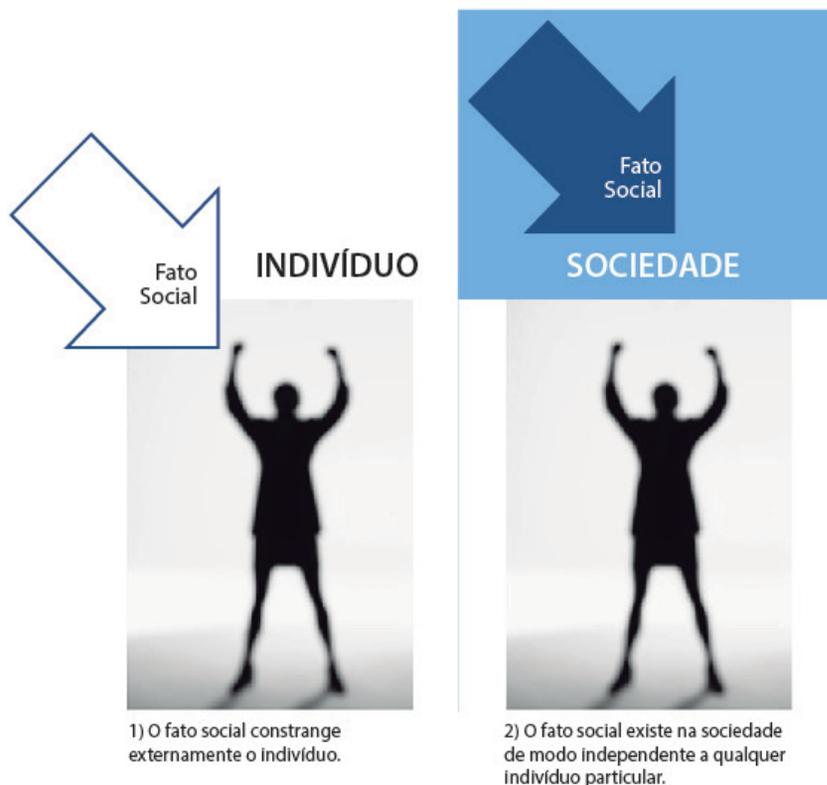
Como coisas empiricamente estudadas, as informações – os dados empíricos – sobre a sociedade são buscadas fora das nossas mentes, por meio da observação e da experimentação, a fim de que possamos apreender, por um lado, todo o modo de agir, fixado ou não, capaz de exercer um constrangimento externo sobre o indivíduo, e, por outro, todo modo de agir que é generalizado no âmbito de dada sociedade ao passo que ele existe, concomitantemente, de seu próprio modo independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM [1895], 2002). É da apreensão desses modos de agir que se definem os fatos sociais.

Portanto, os fatos sociais estão para além das consciências individuais e a elas externas – o que dissocia ou autonomiza a sociologia da psicologia. Isto é, eles independem das intenções individuais. Em suma, os fatos sociais podem ser estudados empiricamente, são externos aos indivíduos, coagem-nos, e são explicados por outros fatos sociais. Exemplos deles são inúmeros, como as regras jurídicas, as obrigações morais, as convenções sociais, e mesmo a linguagem (RITZER, 2011). A figura 1 ilustra esquematicamente a coerção do fato social sobre o indivíduo e sua independência em relação a ela.

Com efeito, na acepção da sociologia durkheimiana, a linguagem é uma “coisa” que pode ser estudada empiricamente; ela é externa ao indivíduo (apesar de por ele utilizada, não é produto de sua criação ou definição individuais); coage o indivíduo (vide o dispêndio de atenção ou observância ao vocabulário “**politicamente correto**”); e enfim a linguagem, assim apreendida, só pode ser explicada com base em outros fatos sociais e nunca por meio das intenções individuais: mesmo que os indivíduos possam ter tido em dada ocasião alguma influência sobre a linguagem, mesmo assim essa passa a ter eficácia social somente quando a sociedade “abre-se”, isto é, propicia abertura para tal mudança.

 INTERATIVIDADE: Em entrevista, o filósofo Slavoj Žižek destaca, na ideologia do politicamente correto, momento histórico em que é observado de modo radical os constrangimentos da linguagem sobre a vida dos indivíduos.
Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Iujskgj3iKc>

FIGURA 01 – Relação do fato social com o indivíduo e a sociedade.



FONTE: AUTOR (2018).

Os fatos sociais são diferenciados por Durkheim como sendo *materiais e não-materiais*. De mais fácil apreensão por serem diretamente observáveis, os fatos sociais materiais podem contar como exemplos os códigos do ordenamento jurídico, formas de tecnologia, estilos arquitetônicos, etc.

Os fatos sociais não-materiais, justamente por serem menos evidentes, são de maior interesse e importância para a pesquisa, uma vez que abarcam um domínio mais abrangente e poderoso em que se encontram as forças morais que preponderam aos constrangimentos sobre os indivíduos.

A despeito de Durkheim reconhecer que em alguma extensão os fatos sociais não-materiais são encontrados nas mentes individuais, eles adquirem relevo somente a partir da complexidade das *interações* (DURKHEIM, [1912] 2000). Noutros termos, são essas interações – não os indivíduos, mesmo que eles sejam importantes – que determinam a força dos fatos sociais não-materiais. Podem ser destacadas entre os fatos sociais não-materiais a moralidade, a consciência coletiva, as representações

coletivas e as correntes sociais (RITZER, 2011).

Tendo em conta que a moralidade é um fato social, Durkheim busca estudá-la empiricamente. Essa busca é o que define a pesquisa científica em vez da filosofia da moralidade. Nesse sentido, o estudo da moralidade institucional implica o estudo anterior da própria instituição, como ela se constituiu e adquiriu a forma presente, como suas obrigações se relacionam aos bens sociais e à estrutura geral da sociedade, e assim por diante. Portanto, a moralidade está identificada com a sociedade.

Com efeito, de acordo com esse pressuposto, não se pode dizer que dada sociedade é imoral, mas que ela pode ter perdido sua força moral. Isso aconteceria na medida em que o interesse coletivo da sociedade fosse reduzido tão somente à soma dos interesses individuais. Por conseguinte, a força moral implica interesse coletivo forte. Por ser um fato social que a moralidade impõe as obrigações dela decorrentes sobre os indivíduos. A sociedade acima dos indivíduos, nessa acepção durkheimiana, traz à lembrança a ideia de vontade geral em Rousseau a qual não é redutível à soma das partes.

Os vínculos morais são fundamentais para que seja limitada a tendência individual a desejos insaciáveis. Na medida em que esses vínculos deixam de existir, as pessoas tornam-se escravas de suas próprias paixões. Assim, por meio desses vínculos, a sociedade limita os indivíduos de modo a assegurar a sua própria liberdade. É um paradoxo que fundamenta o entendimento durkheimiano acerca da moralidade: ela é um controle externo que torna possível aos indivíduos não se autodestruírem e continuarem livres.

É no bojo do estudo da moralidade comum que Durkheim desenvolveu a ideia de consciência coletiva, a qual se refere à estrutura geral das compreensões, crenças e normas compartilhadas por dada coletividade. Nisso, ele concebia as sociedades primitivas como portadoras de consciência coletiva mais forte do que as sociedades modernas. Similarmente aos demais fatos sociais, ela é independente e capaz de determinar outros fatos sociais.

No entanto, em face da sua generalidade e do seu caráter amorfo, torna-se impossível estudar a consciência coletiva diretamente, o que acarretou o desenvolvimento do conceito – mais específico – de representações coletivas com vistas a dar conta dessa finalidade. Junto com a ideia de um conceito coletivo, Durkheim procurava expressar por meio dele a ideia de força social.

Destarte, a sociedade considera a si mesma mediante essas representações coletivas – mitos, lendas populares, símbolos religiosos, etc. – que representam os valores, as crenças, as normas, de uma dada coletividade, e que influenciam os indivíduos a moldarem-se a elas. Por estarem mais facilmente associadas a símbolos materiais ou a rituais, podem ser estudadas de modo mais direto. Mesmo assim, como os demais fatos sociais, não se reduzem aos indivíduos.

Na organização de um Estado nacional, por exemplo, as representações coletivas em torno de símbolos como a bandeira e o hino são fundamentais para a coesão de uma determinada população que vive por sobre um território unificado. No caso brasileiro, especificamente da República Federativa do Brasil, os quatro símbolos oficiais são a bandeira, o hino, o selo nacional e o brasão da República. Os brasileiros se identificam por meio deles como pertencentes a um mesmo ente estatal e a um mesmo sistema político. A figura 2 ilustra a força dessas imagens para a integração

da consciência coletiva.

FIGURA 02 – Símbolos nacionais representados por imagens.



Bandeira Nacional



Selo Nacional



Brasão da República

FONTE: AUTOR (2018).

Algumas representações coletivas têm afinidade ou ajustam-se melhor umas às outras, ao passo que outras não. Nesse sentido, as representações coletivas podem inclusive ser associadas à figura de um homem, cujo sentido que a ele é atribuído pode variar no tempo e no espaço. Por exemplo, Getúlio Vargas funciona na sociedade brasileira como uma representação coletiva na qual suas várias representações – a partir da Revolução de 30 – permitem aos brasileiros pensarem a si mesmos em relação à ideia da modernização do Brasil. A imagem dele, por conseguinte, está associada às ideias de industrialização, de urbanização, de direitos sociais e de nacionalismo, consolidadas ou chanceladas mediante seu mandato democrático (1951-1954). No entanto, sobretudo no Estado de São Paulo, tende ainda a subsistir com força a ideia dele como ditador autoritário por conta das querelas desde a Revolução Constitucionalista (1932), reforçadas em face do advento do Estado Novo (1937-1945). Assim, o estudo de sua representação permite melhor compreender as mudanças na sociedade brasileira, em que variam correntes sociais progressistas e regressivas. A figura 3 ilustra como a imagem de Vargas fundiu-se de modo eficaz à ideia de nação soberana.

FIGURA 03 – Propaganda do presidente Getúlio Vargas comemorando a fundação da Petrobras (1953)



FONTE: Adaptado de propaganda da Presidência da República.

As *correntes sociais*, para Durkheim, são fatos sociais que não se apresentam nessa forma cristalizada, mas que assim sendo não se reduzem aos indivíduos. São de mais difícil determinação. O sociólogo fornece como exemplos as grandes ondas de indignação, consternação, piedade, ou entusiasmo, que são verificadas nas aglomerações e nas reuniões públicas (Durkheim, [1895] 2002). Nesse sentido, uma expressão artística pode gerar receio ou temor para os detentores do poder num regime autoritário, na medida em que ela possa evocar representações de liberalização e de não restrição: podem instar os indivíduos a saírem do conformismo e a realizarem oposição sistemática ou dissidência.

Com efeito, no auge da repressão disseminada pela ditadura civil-militar instalada no Brasil a partir de 1964, os detentores do poder pareceram estar mais preocupados com as mudanças comportamentais preconizadas pela geração de artistas da Tropicália – potencialmente mais liberadoras dos jovens da época – do que com as músicas de protesto da geração em torno dos Centros Populares de Cultura (CPC) sob inspiração do Partido Comunista e da estética do realismo socialista.

É evidente que esses fenômenos culturais não aconteceram num vazio social. Como consequência:

As correntes sociais podem ser vistas como conjuntos de significados que são compartilhados pelos membros de uma coletividade. Como tais, elas não podem ser explicadas nos termos da mente de qualquer indivíduo dado. Certamente os indivíduos contribuem a correntes sociais, mas, por tornar-se social, algo

novo se desenvolve através das interações. Elas só podem ser explicadas intersubjetivamente, ou seja, em termos das interações entre indivíduos. Elas existem ao nível das interações, não ao nível dos indivíduos. Esses “estados d’alma” (moods) coletivos, ou correntes sociais, variam de uma coletividade a outra, com o resultado que há variação na taxa de certos comportamentos, incluindo (...) algo que parece individualista como o suicídio (RITZER, 2011, p. 192).

Noutros termos, a intensidade e a complexidade das interações entre os indivíduos acarretam a emergência de um *novo nível de realidade* que não pode ser explicado nos termos dos indivíduos. Seus “estados d’alma” provenientes dessas interações, por conseguinte, caracterizam as correntes sociais.

Essa relação entre indivíduos e sociedade foi delineada por Durkheim, no que se reporta ao seu desenvolvimento moderno, na sua primeira obra clássica, *Da Divisão do Trabalho Social* (1893). Em especial, buscou examinar a crise de moralidade na sociedade moderna, isto é, os fatos da vida moral por meio dos métodos da ciência positiva (DURKHEIM, [1893] 1999). Havia um sentimento de profunda crise moral, em que se percebia um individualismo exacerbado ameaçar a ordem social.

O sentimento não poderia ser subestimado, já que, em menos de cem anos entre a Revolução Francesa (1789-1799) e a maturidade de Durkheim, a França vivenciou mudanças institucionais em demasia, correspondentes à instabilidade do período: três monarquias; dois impérios; três repúblicas, quatorze constituições; perdas territoriais por conta de anexações levadas a cabo pela Prússia vitoriosa; e o governo revolucionário da Comuna de Paris.

Auguste Comte atribuía muito dessa turbulência à divisão do trabalho na medida em que ele – na sociedade moderna – rompia com o verificado nas sociedades mais simples, em que as pessoas faziam essencialmente as mesmas coisas e, em função disso, compartilhavam experiências e valores comuns. Na medida em que diferentes pessoas realizam diferentes tarefas especializadas, não mais elas compartilhariam experiências comuns, o que desestabilizaria as crenças morais compartilhadas.

Entretanto, Durkheim refutaria essa concepção de Comte na medida em que constatava que a divisão do trabalho não representa tanto o desaparecimento da moralidade social quanto um novo tipo de moralidade social (RITZER, 2011). Ele apresenta a tese de que a coesão na sociedade moderna não ocorre pelas similaridades entre pessoas que fazem as mesmas coisas, mas em vez disso especificamente pela própria divisão do trabalho – fato social material – que força as pessoas a dependerem umas das outras, criando com isso um sentimento de *solidariedade* entre elas.

Durkheim distinguia dois tipos de solidariedade, *mecânica e orgânica*. Por um lado, na sociedade de solidariedade mecânica, todos os indivíduos são generalistas, isto é, não se diferenciam; ela é unificada, dando-se os vínculos entre indivíduos engajados em atividades similares e cujas responsabilidades são também similares. Por outro, na sociedade de solidariedade orgânica, muito diferenciada, a coesão em realidade ocorre pelas diferenças, pois os indivíduos realizam diferentes tarefas e detêm diferentes responsabilidades. Esse processo – no qual surge a dependência

mútua de serviços de muitos outros indivíduos – acarreta especialização, que abarca não só os indivíduos com o também os grupos, instituições e estruturas.

Ao passo que na sociedade de solidariedade mecânica se constata consciência coletiva mais forte, na de solidariedade orgânica ela é mais fraca. É a relação com a divisão do trabalho que é mais forte nesta, embora a consciência coletiva não lhe seja ausente.

Esquemáticamente, ao ser relacionada a consciência coletiva com o tipo de solidariedade verificado em dada sociedade, constata-se quatro dimensões da mesma:

1) a do *volume*, que diz respeito ao número de pessoas nela absorvidas (toda a sociedade, na mecânica; grupos particulares, na orgânica);

2) a da *intensidade*, que se refere à profundidade da relação dos indivíduos com ela (alta e baixa, respectivamente a cada tipo de solidariedade);

3) a da *rigidez*, relativa à clareza da definição do seu conteúdo (alta e baixa, respectivamente); e

4) a do *conteúdo*, que na sociedade de solidariedade mecânica assume caráter religioso e na de solidariedade orgânica, de individualismo moral (GIDDENS, 1972).

Em suma, a consciência coletiva tende a abarcar todos os membros de uma sociedade caracterizada pela solidariedade mecânica, a crença nela é de grande intensidade, e é muito rígida, assumindo caráter religioso. Em contraste, numa de solidariedade orgânica, grupos particulares tendem a limitar a consciência coletiva, cuja adesão a ela é menos intensa, sendo também menos rígida, e em que adquirem peso os preceitos morais individuais.

Na medida em que a população cresce, aumenta a quantidade de interações no seu interior e a competição pela sobrevivência. Esse crescimento caracteriza a transição da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica. No entanto, a divisão do trabalho nela verificada aumenta a eficácia da produção, o que tende a atenuar a competição por recursos.

A cooperação surgiria então, numa sociedade de solidariedade orgânica sustentada pelas mesmas fontes de recursos, havendo menos competição e mais diferenciação. Nesse sentido, a força da individualidade nessa sociedade não está em contradição com vínculos sociais mais estreitos e a ideia de solidariedade, fundamental ao saneamento da crise de moralidade. Ao contrário, para Durkheim essa sociedade altamente diferenciada conduz a mais solidariedade do que aquela em que se realçam as similaridades entre as pessoas.

Destarte, Durkheim estava interessado no estudo das formas de solidariedade, as quais – de modo distinto à divisão do trabalho – são fatos sociais não-materiais. Mas, em face de eles não poderem ser estudados diretamente pelo sociólogo, este deveria interpretá-los a partir mesmo dos fatos sociais materiais, pois nestes é possível de se investigar a natureza e as mudanças que são geradas nos fatos sociais não-materiais. De modo exemplar, Durkheim buscou estudar as diferenças entre o direito das sociedades de solidariedade mecânica e o das de solidariedade orgânica.

O *direito repressivo* caracteriza a sociedade de solidariedade mecânica, ao passo que o *direito restitutivo* é característico da sociedade de solidariedade orgânica. Na primeira, a ofensa a um bem ou valor comum tende a adquirir significância para todos os indivíduos que a integram. A crença na moralidade comum acarreta a

punição severa em caso de ofensa. Por exemplo, remoção da língua, em caso de blasfêmia, ou amputação das mãos em caso de furto. A pena capital é resquício dessa sociedade primitiva. Em contraste, na sociedade moderna, os ofensores devem proceder restituição por seus crimes.

Nessas sociedades, de solidariedade orgânica, em face da moralidade comum fraca, a ofensa tende a ser percebida como agressão a um indivíduo particular e não ao conjunto do sistema moral. Portanto, cabe ao agressor restituir àqueles agredidos por suas condutas. Por exemplo, as indenizações em caso de injúria ou de difamação. Na sociedade contemporânea, o direito restitutivo predomina em relação ao repressivo, este acionado somente em caso de lesões muito graves as quais geram profunda mácula na sociedade, a exemplo do homicídio e de todos os crimes que atentam contra a vida.

O Estado, que detém o monopólio do dizer o direito, está dissociado da solidariedade orgânica, pois exerce função independente. Dito de outro modo, *o Estado não é a manifestação institucional da solidariedade orgânica*. Ao mesmo tempo, o seu fortalecimento, em vez de corresponder a efeito da coesão social, decorre de amorfismo social, tendente à desintegração e à sua dominação unilateral (CASTRO, 2003). Com efeito, num primeiro momento o sistema jurídico se confunde com os tabus. Depois, o direito separa-se da religião e passa a ser centralizado por uma organização.

Nesse sentido, a passagem do direito repressivo ao restitutivo vem a confirmar os argumentos de Durkheim, de que nas sociedades altamente diferenciadas, caracterizadas pela divisão do trabalho, ao contrário do que expunha Comte, encontra-se mais solidariedade. Essa nova forma de solidariedade, por conseguinte, implica aos indivíduos mais proximidade e interdependência, bem como relações menos competitivas. Por outro lado, de modo a gerar controvérsias na medida em que distingue sociedades “normais” ou “saudáveis” de “patológicas” ou “mórbidas”, a nova forma de solidariedade, que caracteriza a sociedade da divisão do trabalho, está associada também a tipos de patologias sociais.

Qualquer fenômeno sociológico como, de resto, qualquer fenômeno biológico, é suscetível de revestir formas diferentes segundo os casos, permanecendo, porém essencialmente igual a si mesmo. Ora, essas formas são de dois tipos. Um são gerais em toda a extensão da espécie; são encontradas, se não em todos os indivíduos, pelo menos na maioria deles e, se não se repetem idênticas em todos os casos que são observadas, variando de um para outro indivíduo, as variações estão compreendidas entre limites muito próximos. Outras existem, ao contrário, que são excepcionais; são encontradas não apenas numa minoria de vezes, mas mesmo quando se produzem, não duram em geral a vida toda do indivíduo. Constituem exceção no tempo como no espaço (...). Estamos então em presença de duas variedades distintas de fenômenos, que devem ser designados por termos diferentes. Chamaremos normais os fatos que apresentam as formas mais gerais, e daremos aos outros o nome de mórbidos

ou patológicos. Se decidirmos chamar de tipo médio um ser esquemático – espécie de individualidade abstrata, - constituído pela reunião, num mesmo todo, dos caracteres mais frequentes da espécie em suas formas mais habituais, poder-se-ia dizer que o tipo normal se confunde com o tipo médio e que todo desvio com relação a este padrão de saúde é um fenômeno mórbido. É verdade que não seria possível determinar um tipo médio com a mesma nitidez que um tipo individual, uma vez que seus atributos constitutivos não estão fixados de uma maneira absoluta, mas são suscetíveis de variar. Porém, a possibilidade de sua constituição não é posta em dúvida, uma vez que constitui a matéria imediata da ciência; pois confunde-se com o tipo genérico. O que o fisiologista estuda são as funções do organismo médio, e o sociólogo faz o mesmo. Sendo possível distinguir uma das outras espécies sociais (...) é sempre possível descobrir qual a forma mais geral que apresenta um fenômeno numa espécie determinada (DURKHEIM [1895] 2002, p. 48-49).

Em relação ao crime, ele é normal, mas patológico, na medida em que ele se verifica em todas as sociedades no tempo e no espaço, mas é fator de desintegração. Com efeito, ele auxilia uma dada sociedade a delinear e a definir sua consciência coletiva. Assim, o crime não existe numa imaginária “comunidade de santos” vivendo num mosteiro perfeito. Porém, as falhas consideradas comuns, noutra comunidade qualquer, nela podem ser motivo de escândalo. (DURKHEIM [1895] 2002). Por essa razão que o julgamento e a punição provêm do poder da própria sociedade que está em relação com o crime nela cometido.

A ideia de patologia aparece em *Da Divisão do Trabalho Social* para criticar três formas anormais dessa divisão na sociedade moderna. São elas:

- 1) a divisão do trabalho anômica;
- 2) a divisão do trabalho forçada; e
- 3) a divisão do trabalho insuficientemente coordenada - a qual na obra aparece simplesmente como “outra forma anormal” (DURKHEIM [1893] 1999).

O quadro 3 esquematiza essas formas anormais da divisão do trabalho.

DIVISÃO DO TRABALHO	REFERE-SE A
<p style="text-align: center;">ANÔMICA (FAZ SURGIR A ANOMIA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Ausência de regras (as pessoas precisam de regras que digam o que fazer); · Isolamento do indivíduo; · Perda de identidade; · Insuficientes restrições morais; · Falta de clareza sobre quais comportamentos são aceitáveis; · Desgoverno quanto à execução das tarefas especializadas; · Declínio do sentimento de vínculo a quem trabalha e vive próximo.
<p style="text-align: center;">FORÇADA (FAZ SURGIR A ANOMIA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Expectativas e normas obsoletas forçam os indivíduos ou grupos a posições às quais eles são mal adaptados, em detrimento de suas qualificações ou talentos; · Superioridade de um grupo – sobre o dos mal adaptados – que caracteriza vantagem injusta.
<p style="text-align: center;">INSUFICIENTEMENTE COORDENADA</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Interdependência dos indivíduos fraca ou ausente em proveito do isolamento social; · Enfraquecimento da solidariedade social.

FONTE: AUTOR (2018).

Nesse contexto, de um modo geral, a *anomia* (de: *a* – sem; *nomos* – regras) é um estado em que as regras se ausentam e na qual carecem – ou perdem-se – os objetivos. A sociedade moderna, de acordo com Durkheim, tende à anomia, já que os valores tradicionais continuamente cedem lugar a novas configurações que pressionam o indivíduo a sentimentos “de vazio” ou “de estar à deriva”, e, ao fim e ao cabo, de perda da identidade. Não obstante, para o sociólogo a anomia adquire relevância em períodos de crise econômica e social. Incumbe-se a ciência, isto é, a sociologia da resolução dos problemas sociais.

Ora, esse enquadramento limitado para o problema decorre em parte da própria limitação da sociologia positiva de Durkheim. Como tal, a sociedade é “posta”, é “dada”, cabendo ao indivíduo – de modo a ajustar-se aos cânones de normalidade – adaptar-se a ela. Se obtiver êxito, confirmam-se os objetivos do consenso, da integração e da coesão sociais. Essa concepção objetivista, uma vez objetivada, ademais do tratamento dos fatos sociais como “coisas”, torna a sociedade “coisificada”, isto é, reificada.

O caráter peculiar de toda Sociologia de Durkheim reside justamente em saber com clareza que os fatos sociais propriamente ditos não equivalem aos fatos sensoriais singulares, mas que seria entretanto possível lhes atribuir um caráter de dado tangível (...). Conforme o que está implícito nessa visão, o social, a sociedade, é enfeitado em uma espécie de “dado de segundo grau”, uma inclinação da Sociologia a corroborar o processo de reificação ou de autonomização a que a sociedade se subordina por leis imanes, e a tomar essa reificação, sempre dotada de uma aparência de sociedade, como algo absoluto, em vez de refletir criticamente e dissolver a reificação. Aqui reside a tentação e a tendência, de que também Émile Durkheim não era isento, a reverenciar essa qualidade coisificada da sociedade até mesmo como algo positivo. Em outras palavras (...) omite-se nesta medida que o conceito de sociedade é propriamente um conceito que designa uma relação entre pessoas (...). Ao hipostasiar essa relação como uma “realidade de segundo grau”, omite-se que a sociedade sempre é composta por indivíduos e que, sem os indivíduos de que se compõe e entre os quais se faz valer essa relação, o conceito de sociedade seria sem sentido e absurdo (...) (ADORNO, 2008, p. 117-118).

Entretanto, ao passo que Durkheim nutria uma visão positiva do capitalismo reforçada por sua capacidade de incorporar tecnologias ao processo de industrialização, a ponto de nela – ou para ela – idealizar a possibilidade da harmonização das relações, sabe-se que o fato histórico e econômico permanente é a crise do capitalismo – e mesmo o seu desenvolvimento desigual e combinado (NOVACK, 2005), cujos conflitos daí dinamizados acarretam contínua luta política na sociedade em relação à qual é abusiva a pretensão da ciência de arrogar dela ou de substituí-la.

Porém, em grande medida, era justamente essa a pretensão de Durkheim, para quem os casos patológicos poderiam ser resolvidos por meio da busca de suas causas, evitando a anomia que corresponderia à “crise total”, de modo a criar uma “nova moral social” em superação à moral deficiente (MEKSENAS, 1994). Esse modo de pensar durkheimiano, por suposto, decorre de uma visão conservadora de mundo na qual, a despeito da sofisticação analítica do sociólogo, há afeição pelas ideias de progresso e de ordem em detrimento de uma consideração mais acurada às bases de conflito articuladas pelas partes – em especial as classes antagônicas – que integram a sociedade.

Tendo em conta a limitação enquadrada é que se deve entender o estudo de Durkheim sobre o *suicídio*. Considerado um dos atos mais pessoais e privados, o suicídio foi escolhido pelo sociólogo como objeto de pesquisa de modo a demonstrar a força da sociologia, cujo êxito em explicar nos seus próprios termos conduta tão individualista faria dela apta a pesquisar outros objetos presentes na sociedade. Portanto, Durkheim não estava interessado em explicar o porquê do suicídio de algum indivíduo específico. Isso caberia aos psicólogos. De modo distinto, Durkheim estava voltado à explicação das diferenças – verificadas em diferentes grupos – nas

taxas de suicídio.

Nesse sentido, ao passo que fatores biológicos ou psicológicos poderiam explicar as condutas individuais, somente os fatos sociais seriam capazes de explicar taxas mais elevadas de suicídio num grupo em comparação a outro. Grupos diferentes possuem diferentes sentimentos coletivos – equiparados à consciência coletiva – que produzem diferentes correntes sociais. Por aí, as decisões individuais sobre o suicídio são afetadas por essas correntes sociais. Noutros termos, mudanças nos sentimentos coletivos levam a mudanças nas correntes sociais as quais, por sua vez, levam a mudanças nas taxas de suicídio (RITZER, 2011, *passim*).

Durkheim classifica o suicídio em tipos relacionados a fatos sociais que lhes são subjacentes, a saber, os de *integração* e *regulação* :

- 1) *Suicídio egoísta*;
- 2) *Suicídio altruísta*;
- 3) *Suicídio anômico*; e
- 4) *Suicídio fatalista* – pouquíssimo mencionado (apenas numa nota de rodapé de *O Suicídio*), a ponto de ser desconsiderado por muitos comentadores.

Destarte, a integração refere-se à força de vinculação dos indivíduos à sociedade. Já a regulação, ao grau de constrangimento externo sobre as pessoas. Ao serem estabelecidas as correlações, nessa lógica, ao passo que a alta integração implica suicídio altruísta (o indivíduo está profundamente vinculado à coletividade; podem ser mártires imbuídos de um dever para o grupo), a baixa corresponde ao egoísta (o indivíduo não se sente parte da sociedade).



INTERATIVIDADE: O documentário “Jonestown, Vida e Morte do Templo do Povo” mostra o grau de vinculação dos indivíduos a um grupo (seita religiosa) a ponto de 909 deles se suicidarem em 18 de novembro de 1978, realizando com isso acontecimento histórico exemplar de suicídio altruísta. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=2QK2GtUBQWs>

Quanto à regulação, o suicídio fatalista está associado a uma alta (choque das paixões com regulação opressiva – total – das ações individuais), enquanto que o anômico a uma baixa (desregulação que resulta em atos destrutivos, inclusive sobre os próprios indivíduos, em face da ausência de constrangimentos externos sobre as paixões).

Em suma, as variações nas taxas de suicídios são causadas pelas correntes sociais. São correntes de altruísmo, egoísmo, fatalismo e anomia, que afetam os suicídios individuais. Portanto, essas correntes são forças *sui generis* que não se reduzem à soma dos indivíduos, embora dominem suas decisões.

Em face do declínio das instituições na sociedade moderna, Durkheim propunha um tipo de instituição diferente baseada em grupos ocupacionais a fim de buscar a solução ao problema social do suicídio. Não obstante, como se pode constatar das ponderações acima, essa concepção volta a encontrar limitação na medida mesma

em que o sociólogo concebe a sociedade e sua sociologia positiva.

Com a pretensão de resumir a formalização da teoria sociológica durkheimiana, adota-se aqui esquema apresentado por José Albertino Rodrigues (1978, p. 30-33, passim), que pretende ser diacrônico e sincrônico. A diacronia é representada horizontalmente, tendo a *solidariedade social* como ponto de partida da organização social; e a *anomia* como fim desta, isto é, quando ela afrouxa seus laços e permite a desorganização individual, ou ausência dos vínculos e normas da solidariedade.

A sincronia representa, segundo o autor, a morfologia social, até atingir a fisiologia social, definida como normas impessoais do pensamento e da ação. Estas manifestam a inteligência e a vontade coletivas, relacionando-se com a sociedade da mesma forma que as funções vitais em relação ao organismo: em suma, elas exprimem a maneira como se manifestam a inteligência e a vontade coletivas.

A sociedade como organização central está situada no cruzamento – cuja leitura do esquema é tanto vertical como horizontal – das linhas de sincronia e diacronia. Ela pode ser apreendida pelos *atos sociais*, a partir dos quais emanam tanto efeitos coercitivos sobre indivíduos e grupos como fenômenos abstratos de *consciência coletiva* e suas manifestações concretas que são as *representações coletivas*. Polarizam-se aqui fenômenos culturais como os do sagrado ou profano, e os dos dois tipos de direito (repressivo e restitutivo) diretamente relacionados aos tipos de solidariedade social (mecânica e orgânica).

Nos quatro cantos do esquema são colocados núcleos primordiais da produção durkheimiana, a que correspondem quatro obras importantes. No canto superior direito, a religião, vinculada às representações coletivas, constitui a via através da qual veio a elaborar os primeiros delineamentos da sociologia do conhecimento a religião é uma forma de representação do mundo, ou mesmo uma forma de concepção do mundo. No canto superior esquerdo, a moral representa uma preocupação constante do autor, que só a desenvolveu em cursos publicados postumamente; ela está estreitamente vinculada à educação como forma de socialização dos homens, ou de internalização de traços constitutivos da consciência coletiva. No canto inferior esquerdo situou-se a divisão do trabalho, perspectiva básica – quase morfológica – e estreitamente vinculada aos tipos de solidariedade social, os quais são simbolizados no esquema pelas funções, que refletem a influência organicista revelada especialmente nesta parte, que é a primeira da obra de Durkheim. No canto inferior direito, situou-se o suicídio, cuja monografia propiciou a elaboração de uma outra tipologia: a que permite mostrar o comportamento individualista, o grupal e o que reflete a frouxidão das normas sociais que conduzem à anomia (RODRIGUES, 1978, p. 32-33).

Tendo o detalhamento dessa esquematização em conta, a figura 4 sintetiza a formalização sociológica durkheimiana.

1.2.2 Formalização da teoria sociológica com Weber

O objetivo principal da sociologia de Max Weber (1864-1920) é a compreensão da vida social em sua singularidade, isto é, a significação cultural de suas diversas manifestações associada às suas relações de interdependência, bem como as causas singulares que propiciaram com que ela se tornasse o que se tornou, e não outra coisa.

Nessa vida social, o olhar weberiano volta-se em especial para o poder e a *dominação*. Para tanto, o sociólogo realizou pesquisa histórico-comparativa de significativa extensão e profundidade. Dela concluiu que não é somente o domínio econômico que concorre para os resultados da ação social. Ela, de fato, resulta de uma trama de percursos relacionados a diferentes domínios sociais – também referidos como “esferas sociais” ou “ordens sociais” (*gesellschaftliche Ordnungen*) – (economia, direito, religião, etc.).

Esses domínios dinamizam-se com base em regras – “leis” – próprias e organizações universais (famílias, comunidades tradicionais, clãs, etc.). Concomitante a existência de regras próprias, cada domínio apresenta questões ou temas que também lhes são próprios. Por exemplo, o sofrimento e a morte na religião. É então desse modo que o sociólogo estabelece as fronteiras para a análise de cada domínio.

O desenvolvimento da teoria sociológica weberiana deve ser entendido no contexto das transformações ocorridas na Alemanha a partir do século XIX e as influências dessas sobre a possibilidade de organização das ciências sociais naquele país. Em comparação com a França, que pôde contar com toda uma evolução institucional coerente – como abordado nas unidades anteriores, iniciada com o Iluminismo, passando por Comte e todos os desdobramentos advindos do positivismo, até alcançar a maturidade com Durkheim – a sociologia alemã desde os primórdios foi muito fragmentada, contando com uma organização institucional débil.

A Alemanha vivenciava período de grande turbulência no século XIX: o ascenso dos trabalhadores estimulava a reação conservadora. Pautado no nacionalismo e militarismo, Otto von Bismarck (1815-1898) tornou-se o homem forte do país, o “chanceler de ferro”, ministro-presidente da Prússia entre 1873 e 1890 que antes liderara a unificação alemã (1871), pois até então a sociedade germânica não lograra constituir um Estado único. Nesse ínterim, enquanto empreendia implacável perseguição aos integrantes de organizações socialistas e social-democratas, Bismarck criava condições para a industrialização alemã, processo econômico tardio em relação a países rivais como a Inglaterra e a França.

Tendo nascido e crescido nesse contexto social, Weber recusava-se a atuar somente no âmbito da atividade intelectual, por mais profunda e reveladora a ciência social que estava a formular. Queria participar também da arena política do seu país. Assim o fez durante a vida inteira. Produziu para tanto, concomitante à gestação e difusão da sua sociologia, inúmeros discursos e artigos de jornal em que criticava os grupos e classes sociais da Alemanha.

Bismarck foi criticado por liquidar a possibilidade de surgimento de lideranças independentes; a aristocracia rural, por seu militarismo, conservadorismo, sobreposição de interesses particulares aos do país e perseguições à classe operária; a

burguesia, por sua ausente consciência de classe e inapetência à atuação política; os funcionários públicos, por seu servilismo e burocratismo. Dentre todos, admirava os trabalhadores, em face de sua noção de dever e competência – mesmo assim os criticava, pois, sendo como eram, tendiam a passividade ante a autoridade, sobretudo se comparados com os trabalhadores franceses, sempre potencialmente insurgentes (KALBERG, 2010).

Subjacente a essas transformações na Alemanha – em grande medida replicadoras de fundamentos econômicos e políticos de países vizinhos – verifica-se a singularidade da civilização ocidental e seu processo de transição para a sociedade moderna. Essa é a *chave de leitura* para a obra de Weber:

Componentes importantes de sua crítica política e social sobre a modernidade só podem ser compreendidos como uma tentativa complexa e intrincada de abordar as evidentes fragilidades internas da cultura política alemã e de sugerir instrumentos simples e realistas para superá-las. Weber desejava conservar elevados padrões de vida e modos eficientes de organizar o trabalho e fabricar produtos – e o capitalismo lhe parecia oferecer as melhores possibilidades de realizar esses objetivos. Contudo, eram evidentes para ele os vários elementos de desumanização desse sistema econômico (KALBERG, 2010, p. 100-101).

De fato, na medida em que se aprofundava a evolução do capitalismo, aprofundava-se também a desumanização e um sentimento de caos espiritual. Em face dessa conjuntura, de crise da civilização ocidental, Weber questionava de que modo seria possível a sobrevivência da ação ética e solidária. Os bens materiais passaram a exercer força inafastável sobre os indivíduos e os interesses da vida cotidiana, a ponto de virem a ter seus valores explorados e manipulados de modo sistemático. Apesar de o sociólogo se impressionar com o potencial das sociedades industriais de viabilizarem acesso a altos níveis de vida, nutria o temor do declínio dos ideais e valores mais nobres em face dessa dinâmica capitalista.

Seu temor era de que relações impessoais, ásperas e manipuladoras transformassem a sociedade numa “jaula de ferro” (de *iron cage*, no sociólogo estadunidense Talcott Parsons, que adaptou para o inglês a metáfora weberiana da *stahlhartes Gehäuse*). Na medida em que esses contextos econômicos, sociais e culturais coincidem então com modos de dominação particulares dos indivíduos, é preciso empreender-se a pesquisa do sentido subjetivo de grupos de pessoas que atuam em esferas sociais específicas. Noutros termos, se as estruturas sociais “capturam” os indivíduos, eles definem sentido que viabiliza a sua emergência ou conservação:

O capitalismo hodierno, dominando de longa data a vida econômica, educa e cria para si mesmo, por via da seleção econômica, os sujeitos econômicos – empresários e operários – de que necessita. E entretanto é justamente esse fato que exhibe de forma palpável os limites do conceito de “seleção” como meio de explicação de fenômenos históricos. Para que essas modali-

dades de conduta de vida e concepção de profissão adaptadas à peculiaridade do capitalismo pudessem ter sido “selecionadas”, isto é, tenham podido sobrepujar outras modalidades, primeiro elas tiveram que emergir, evidentemente, e não apenas em indivíduos singulares isolados, mas sim como um modo de ver portado por grupos de pessoas (WEBER, [1904] 2004, p. 48).

É nesse enquadramento que é preciso buscar-se a compreensão do capitalismo e da crise de valores. A perda desses valores elevados – em torno de ideais éticos e a respectiva crença neles – conduz a uma despersonalização, isto é, acarreta o fim da personalidade individual independente e unificada. Surge com isso uma “disjunção” entre os valores e ideais outrora acalentados e a vida vivida, isto é, seu fluxo empírico. Na medida em que as pessoas passam a imbuir-se de um pragmatismo radical na condução das suas vidas, a autonomia individual desaparece e cristaliza-se um intenso conformismo social. Por conseguinte, aquela crise civilizatória apresenta dimensão da perda da dignidade das pessoas e a emergência do domínio da força.

Buscando respostas ante essa constatação, Weber procurou compreender as possíveis estratégias de ação que pudessem enfrentar os problemas e os dilemas advindos dessa crise. O desejo do sociólogo, em cuja formação foram muito importantes as influências religiosas, é que a ação individual pudesse ser orientada por um conjunto de ideais e valores os quais caracterizariam o melhor do legado civilizatório do Ocidente: conduta ética, autonomia individual, personalidade integrada, responsabilidade, sentimento de honra, fraternidade, compaixão e caridade.

Não obstante, como parte do resultado de suas pesquisas comparadas, Weber concluiu que mesmo os valores mais nobres extinguem-se se não são reforçados, em especial por meio da contínua atuação dos seus “depositários” – ou “portadores” (Träger) – propagadores, conjuntos de indivíduos que se encarregam de fortalecer esses valores e de difundi-los em face da existência de outros valores os quais com eles competem. Essa competição por valores é percebida por Weber de modo positivo, já que sua defesa e fortalecimento, por meio do engajamento dessas pessoas, acarreta a permanência, a perenidade deles no tempo e no espaço.

Ao terem êxito em sociedade, esses valores passam a orientar a ação dos indivíduos e a proporcionar-lhes o desenvolvimento de sentimentos de honra e dignidade. Com isso, na medida em que propiciam a reunificação da personalidade, contribuem para as tomadas de iniciativas e a liderança no círculo dessas pessoas. Porém, esses valores só são capazes de vincularem-se às pessoas – a ponto de tornarem-nas responsáveis por eles e poderem contradizer interesses materiais imediatos – em sociedades abertas e dinâmicas, ambiente em que é possível a existência da competição entre valores pluralistas.

Em face dessa constatação, da importância da existência de sociedades abertas e dinâmicas orientadas por valores, Weber posicionava-se politicamente em defesa sobretudo das democracias parlamentares e dos ideais que elas sustentam – direitos individuais, direito de reunião, liberdade de expressão, império da lei –, por crer que elas incentivam o dinamismo social necessário ao debate público e às tomadas de decisões orientadas por valores.

Portanto, sua concepção de líderes fortes e de parlamentos fortes, preconizada

pelo sociólogo, nada tem a ver com perspectiva autoritária, mas de fortalecimento da própria democracia em prol daqueles valores (WEBER, [1917-1918] 1993). Essas pessoas que atuam na política – os políticos – devem observar a disciplina de um código moral fundado na “ética da responsabilidade” (*Verantwortungsethik*): “A honra do chefe político (...) consiste justamente na responsabilidade pessoal exclusiva por tudo quanto faz, responsabilidade a qual ele não pode rejeitar, nem delegar” (WEBER, [1919] 1999, p. 79).

Nessa perspectiva, desempenha o papel das ciências sociais: o cientista, orientado por “ética de condição”, busca fundamentos que fornecem condições à realização ou à possibilidade daqueles ideais nobres. Mas isso não significa que a ciência possa servir por si mesma como fonte de valores. É ilusório a construção deles a partir da atividade científica. Afinal, a ciência se fundamenta sobre base empírica que está em contínua mudança no decorrer da história. Nisso, é evidente que cada época ou geração atribui significado cultural maior ou menor a certos valores.

Essa atribuição diferencial de valor na história acarreta, mesmo nas observações dos sociólogos, a explicitação de certas realidades e o ocultamento de outras. Hoje são valorizados os direitos individuais, a liberdade, a igualdade, etc. Mas isso não foi sempre assim, tampouco por mais nobres que eles possam ser, nada assegura que assim sejam considerados no futuro. Aquilo que é sagrado para alguns pode encontrar a oposição de valores compartilhados por outras pessoas, que as consideram tão ou mais sagrados.

Por consequência, a conduta a ser observada pelo sociólogo não deve ser confundida com a incorporação de uma teleologia à ciência social. Isto é, deve-se evitar a fundamentação da sociologia com base em concepções evolucionistas, do “curso da história” ou da “ideia de progresso”. Noutros termos, não existe uma direção e um sentido último para as atividades humanas tampouco para a história.

Portanto, a rejeição a essas concepções evolucionistas da história orienta o enfoque da ciência social empírica weberiana, baseada no *sentido subjetivo*. Dessa maneira, Weber acaba por confrontar-se a toda uma tradição no pensamento ocidental entre os séculos XVII e XIX, já que a história deixa de ter um sentido independente. Ao contrário, a história depende do sentido que as pessoas depositam à sua construção. Independentemente do resultado histórico, são essas pessoas que se tornam autoras de seus destinos, causa e centro de suas ações.

É da luta delas – e para tanto suas escolhas – para realizarem a plena significação de suas vidas que surge a história como resultado social. Por conseguinte, a mudança social tem como causa a combinação de ideias e interesses por que atuam os indivíduos. Entretanto, tende a não decorrer de uma única causa, mas de uma pluralidade de causas.

Nesse sentido, a depender das diversas configurações sociais, os indivíduos atribuem sentido a certos tipos de ação e não a outros. Compreender essa multi-causalidade acarretou a Weber o desenvolvimento de análises pluridimensionais. Por aí, as várias dimensões estudadas passariam a dar conta de diferentes domínios – ou esferas – sociais para além do domínio econômico.

Com base em estudos empíricos, Weber concluiu que, em diferentes civilizações, essa mudança dependeu de figuras carismáticas apoiadas por depositários (*Träger*), propagadores dessas ideias, que foram organizações políticas, ou religiosas, ou

ainda econômicas, isto é, diferentes pontos de apoio para causas diversas.

Por exemplo, em fins do século XIX e início do século XX, uma **versão brasileira do positivismo** tornou-se ideologia hegemônica junto à classe média e elites do Rio Grande do Sul. Contou como grande figura Júlio de Castilhos (1860-1903). Em face de pautar-se em filosofia cientificista, valorizava a educação. A educação como valor encontrou base de apoio em sua organização política, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e junto aos seus herdeiros políticos como Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, além dos militares, que conseguiram forjar uma contra-elite imperial intelectualmente articulada pelo positivismo. No entanto, por causa em parte de seus fundamentos autoritários e instrumentais à realização de interesses como a industrialização do Estado gaúcho, setores populares – em especial de operários anarquistas – constituíram, de modo concomitante, suas próprias instituições de ensino. Em suma, no período se fortaleceria o valor atribuído à educação, o que trouxe como uma das consequências o incremento à alfabetização.



INTERATIVIDADE: O documentário “Capela Positivista de Porto Alegre”, de Yuri Victorino, reitera informações sobre o positivismo, abordadas em subunidades anteriores deste livro, situando-as no caso exemplar da sua experiência no Rio Grande do Sul que pode ser estudada com base em enfoque weberiano. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d-MWKF3ekaM>

Destarte, as várias esferas da vida – econômica, política, jurídica, etc. – não se cristalizam numa síntese para impulsionar o progresso. Na medida em que a sociedade se moderniza e se torna mais complexa cada uma dessas esferas tende a autonomizar-se e com isso a seguir regras – leis – próprias de desenvolvimento, as quais podem levá-las a chocarem-se, num conflito irreconciliável (KALBERG, 2010). Portanto, decisões independentes nessas esferas, concomitantes a acasos ou desfechos imprevistos, afastam a possibilidade de uma evolução unilinear da história.

Tendo em conta que são as pessoas que conferem significado à história – em vez da Evolução, leis naturais ou Deus – então se torna necessário formular questões sobre o modo pelo qual as pessoas orientam suas ações e fundamentam o seu agir ético e responsável. Em suma, em face da realidade de sociedades capitalistas dinamizadas pela industrialização e burocratização, Weber problematizou os modos pelos quais os indivíduos fazem suas escolhas ou tomam suas decisões.

Dessa problematização, foram elaboradas as grandes obras do sociólogo, cujo destaque cabe ao ensaio *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* ([1904] 2004), que enfatiza a sociologia dos valores, da religião e da cultura, *Economia e Sociedade* ([1910-1922] 1996), cuja ênfase recai sobre a formulação de uma teoria do conflito – não-marxista – focada nos interesses individuais, no poder e na dominação. De modo muito sintético, nessas obras Weber analisa a articulação de ideias e interesses presente na ação social, que é compreendida em diferentes estágios (LAGO, 1996) por meio da adoção de tipologia – abordada adiante. Para tanto, dito de outro modo:

No centro da sociologia weberiana está a tentativa de “compreender interpretativamente” (*verstehen*) as diferentes maneiras pelas quais as pessoas percebem sua própria “ação social”. Essa ação dotada de sentido subjetivo é o foco da atenção dos sociólogos, não o comportamento reativo ou imitativo (quando numa multidão, por exemplo, as pessoas acham que vai chover e abrem os guarda-chuvas simultaneamente). A ação social, diz Weber, implica ao mesmo tempo “uma orientação significativa para a conduta de outros e o aspecto interpretativo ou reflexivo do indivíduo”. As pessoas são seres sociais, mas não são apenas sociais. Elas têm a capacidade para interpretar ativamente situações, interações e relações referindo-as a valores, crenças, interesses, emoções, poder, autoridade, leis, costumes, convenções, hábitos, ideias etc. (KALBERG, 2010, p. 33-34).

Destarte, o enfoque da sociologia weberiana é a ação social. Ao compreendê-la, busca-se a racionalidade que lhe funda, entendida essa racionalidade como uma adequação entre os “meios” empregados pelos indivíduos com vistas à realização de determinados “fins”. Suas causas resultam da combinação de ideias e interesses diversos, originários de diferentes domínios que se orientam por regras próprias.

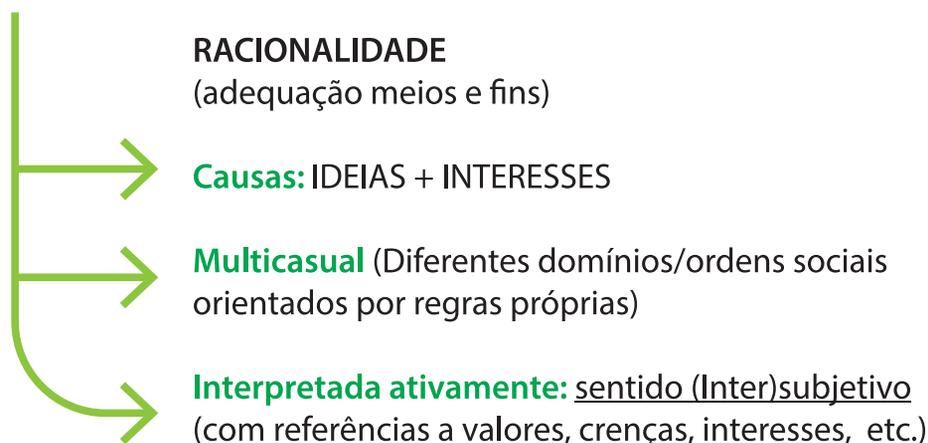
Como consequência, o sociólogo busca observar:

- (1) os vários – ou múltiplos – motivos possíveis para que uma ação seja empreendida;
- (2) a variação do sentido subjetivo atribuído a um ato em relação às diversas motivações que o desencadearam; e
- (3) as diferenças no curso – ou desenvolvimento – da ação em face dessas variações.

A figura 5 esquematiza os principais elementos em torno da ação social.

FIGURA 05 – Enfoque da teoria sociológica weberiana sobre a ação social.

Foco: AÇÃO SOCIAL



FONTE: AUTOR (2018)

Portanto, a ação social de que se ocupa Weber nada tem a ver com comportamentos reativos ou imitativos. Busca-se compreender como os indivíduos interpretam ativamente suas ações, o sentido que eles atribuem a elas. Mais do que o sentido subjetivo, interessa o sentido intersubjetivo da ação. Isso porque os indivíduos não podem definir um sentido às suas ações sem levarem em conta as ações de outros indivíduos com quem interagem.

Isto é, os indivíduos são capazes de prever, em termos relativos, as respostas fornecidas por outros indivíduos em face das ações dos primeiros. Com efeito, é desprovida de sentido a ação incapaz de fundamentar essa previsão, pois é dessa fundamentação que se enquadra o sentido intersubjetivo com referência a interesses, crenças e valores.

O enfoque weberiano sobre a ação social apresenta dimensão política fundamental na medida em que a realização dos valores – ou o atingimento das metas – necessita do agir dos indivíduos. No entanto, a eficácia da ação para a realização desses valores é sempre relativa. Isto é, ela pode ser sempre mais ou menos eficaz aos fins a que se propõe. Isso porque a ação não é limitada ou determinada por um caminho somente.

Existem diferentes formas de ação à disposição dos indivíduos que as hierarquizam e selecionam de acordo com seus valores, ou seja, os critérios de opção da ação variam de acordo com os lugares ao longo da história. Por outro lado, também a cada momento e espaço, os indivíduos não conseguem fazer duas coisas. Em suma, as diferentes alternativas para o curso da ação implicam diferentes possibilidades de escolhas, de eleições (Wahl), que podem vir a obter maior ou menor eficácia a determinadas finalidades.

A despeito de Weber saber que cada um desses modos é racional na medida em que se considera a relação entre meios e fins, ele estava mais interessado em buscar compreender as necessárias condições para a ação referente a fins, bem como as formas que manifesta e suas consequências. Ademais, além deste modo da ação, Weber acrescia aquilo que ele considerava como “tipos puros de ação racional”, a ação referente a valores. Nessa perspectiva:

A posição que Weber adotava (...) recusava (...) a identificar a “vontade livre” com o irracional. As ações humanas impulsionadas por [diferentes] forças seriam governadas pelo exato oposto da liberdade de escolha: tal liberdade era dada na medida em que a conduta se aproximasse da “racionalidade”, o que aqui significa a correspondência dos meios aos fins na ação orientada. Assim, identificou dois tipos puros de ação racional, cada um inteligível em termos da relação entre meios e fins, para o cientista social: “racionalidade referente a fins” (*Zweckrationalität*), na qual o ator racionalmente estima a totalidade da extensão das consequências engendradas pela seleção dos meios dados para a obtenção de um determinado fim, e “racionalidade referente a valores”, na qual um indivíduo conscientemente persegue um fim que considera mais importante, com uma devoção particular, sem “levar em conta os custos”. Weber contrapunha esses dois

tipos à ação irracional, e estabeleceu como princípio metodológico básico a prescrição segundo a qual “todos os elementos irracionais, afetivamente determinados do comportamento”, deveriam ser tratados “como fatores de desvio em relação ao tipo conceitualmente puro de ação racional” (GIDDENS, 1998, p. 53).

Do ponto de vista lógico, nesse esquema, a moral estava separada do racional, já que a esfera do racional não podia estender seus critérios de avaliação a padrões éticos conflitantes. Por outro lado, em face desse esquema metodológico, esses modos de ação, sejam puros ou não, são identificáveis em todos os lugares em diferentes momentos históricos.

No entanto, graças a forças sociais mais identificáveis em certas épocas ou civilizações, um tipo específico de ação pode vir a predominar em relação a outros. De toda sorte, a compreensão dessas forças históricas é buscada no sentido próprio dos indivíduos, isto é, nas intenções que eles depositam às suas ações, de modo que, na acepção weberiana, elas preponderam sobre as estruturas sociais. A forte vinculação da ação a uma estrutura social (por exemplo, o Estado) não afasta a necessidade de o cientista social reconhecer a *heterogeneidade dos motivos*:

A existência de uma enorme variedade de motivos contidos numa única “forma exterior”, diz Weber, é possível tanto do ponto de vista analítico quanto do empírico, e tem uma grande importância do ponto de vista sociológico. O sentido subjetivo da ação varia até mesmo no contexto de uma sólida organização da estrutura política ou da seita religiosa. Mas esse raciocínio traz nele mesmo um problema para Weber: por que razões subjetivas as pessoas orientam sua ação *conjunta* tal como formulada por grupos definidos? Essa pergunta é particularmente urgente porque ele está convencido de que a falta dessas orientações – com relação, por exemplo ao Estado, as organizações burocráticas, às tradições e aos valores – significa que as “estruturas” deixaram de existir. O Estado, portanto, acaba sendo nada mais que as orientações padronizadas de ação dos seus políticos, juizes, policiais, funcionários públicos etc. (KALBERG, 2010, p. 37).

Nessa concepção, com efeito, encontra-se a observância ao “individualismo metodológico” na formalização de Weber. Coletividades como o Estado, nesse sentido, devem ser tratadas unicamente como resultado da articulação das ações individuais, pois somente estas são apreensíveis no curso de uma ação compreensível subjetivamente (WEBER, [1910-1922] 1996). No entanto, mais interessa à pesquisa sociológica a concertação dessas ações do que o sentido de um indivíduo isolado. Isso porque a sociologia está mais interessada em compreender as regularidades da ação significativa, empreendida por grupos definidos. Para tanto, a fim de que seja possível a determinação do sentido subjetivo e intersubjetivo verificado nas ações, o sociólogo recorre aos tipos ideais.

O tipo ideal é uma ferramenta de pesquisa por meio da qual se torna possível

o registro dos padrões ou regularidades de ação manifestadas pelos indivíduos. Ele é uma espécie de “fotografia de acontecimentos” que aproxima a realidade de uma dada sociedade sob certas condições de sua organização (MORRISON, 1995). Assim, o tipo ideal é construído:

[...] mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. A atividade historiográfica defronta-se com a tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal, em que medida portanto o caráter econômico de determinada cidade [por exemplo] poderá ser qualificado como “economia urbana” em sentido conceitual. Ora, desde que cuidadosamente aplicado, esse conceito cumpre as funções específicas que dele se esperam, em benefício da investigação e da representação. (WEBER, [1904], 1979, p. 106).

Portanto, o tipo ideal é uma ferramenta de trabalho do pesquisador por meio da qual se opera a saturação de visões de mundo junto com o encadeamento de dados, de modo a definir um quadro de realidade. Mas essa realidade não existe na realidade empírica. É tão-somente uma realidade conceitual que serve como instrumento de avaliação da medida em que a realidade empírica se aproxima ou se afasta desse conceito.

Por exemplo, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber define o tipo ideal do “puritano” a fim de justificar as regularidades na ação desses crentes, voltada ao trabalho metódico e uma existência ascética. A saturação de dados que definem o “puritano” não se encontra na realidade empírica em sua forma pura. Não corresponde a um indivíduo tampouco à soma deles. No entanto, esse quadro ideal posto em comparação com a realidade observada pelo sociólogo presta-se ao entendimento do que é um indivíduo “puritano”, bem como de fenômenos a ele associados, como o ascetismo e a concepção de missão relacionada a uma vocação. Aí se tem fenômeno que emerge do domínio religioso acarretando consequências noutros domínios, em especial o econômico, que marcou a organização social dos Estados Unidos.

Para a experiência brasileira, Sérgio Buarque de Holanda ([1936] 2014) – pensador muito influenciado pela sociologia weberiana – formula o tipo ideal do “homem cordial” cujas características definem os brasileiros: formação de afinidades a partir da intimidade da estrutura familiar; relações de simpatia; dificuldade de incorporação normal a agrupamentos institucionalizados; aversão a relações impessoais; redução das normas impessoais ao padrão pessoal de nível afetivo; patrimonialismo.

Por conseguinte, diferente do que não raro o senso comum tende a atribuí-lo, não é a bondade o pressuposto do “homem cordial”, mas a *aparência afetiva* das relações, em geral superficiais e nem sempre sinceras, que predomina nas relações cotidianas.

Possui “dupla face”, que combina ao mesmo tempo candura e violência, pois as condutas irracionais deflagram-se como paixões – em sua acepção filosófica – associadas ao coração. Daí o “cordial” (relativo a coração). Enfim, na realidade empírica, não será encontrada a forma pura do “homem cordial” em nenhum brasileiro individual tampouco na soma de todos os brasileiros. No entanto, o tipo ideal descrito por Holanda contribui em muito à compreensão do ser brasileiro.

Destarte, os tipos ideais são, conforme Weber ([1910-1922] 1996), “ferramentas” para a pesquisa empírica de causas. A intenção não é o seu emprego para a compreensão direta – ou “reprodução” – da realidade vivida. Eles são simplesmente instrumentos analíticos por meio dos quais o sociólogo realiza a apreensão do verificado empiricamente no mundo.

Esse raciocínio vale para todos os exemplos de tipos ideais. Em termos operacionais eles estabelecem parâmetros ou pontos de referência “em função dos quais se pode comparar e ‘medir’ regularidades de sentido subjetivo em um caso particular. A particularidade dos casos pode ser então claramente definida por meio de uma avaliação de sua aproximação ou desvio com relação ao tipo teoricamente construído” (KALBERG, 2010, p. 43).

Nesse sentido, a dominação – objeto de pesquisa tão caro a Weber – deve ser entendida com base nos parâmetros dos seus tipos ideais. Com efeito, mais especificamente, o sociólogo refere-se a tipos de dominação, os quais são abordados adiante. Antes disso, apresenta-se a definição weberiana de “dominação” em contraste ao de “poder”:

Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, ainda que contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade.

Por dominação deve entender-se a probabilidade de encontrar obediência a um mandato de determinado conteúdo entre pessoas dadas (...).

O conceito de poder é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de um homem e toda sorte de constelações possíveis podem colocar alguém na posição de impor sua vontade em uma situação dada. O conceito de dominação tem, por isso, que ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de que um mandato seja obedecido (WEBER, [1910-1922] 1996, p. 43).

Portanto, numa situação de dominação existe alguém que manda de modo eficaz outro indivíduo, que obedece de modo voluntário, isto é, não forçado. É essa situação que interessa às ciências sociais. Para Weber, importa a pesquisa da dominação legítima, isto é, aquela a que se atribui à relação de dominação algum grau de legitimidade. Por conseguinte, ao existir dominação legítima, sempre há necessariamente um mínimo que seja de consentimento, ou concordância, ou ainda

acquiescência, em contraste com o efeito direto do poder que é a imposição da força.

De um modo geral, aqueles que dominam procuram incutir junto aos dominados a ideia de que exercem a dominação por direito. Se tiverem êxito – e para tanto procuram convencer a si mesmos desse direito que supostamente possuem, criarão predisposição à obediência – cuja eficácia afasta a necessidade do uso da força – fundada numa crença “típica”, a qual é uma pretensão à legitimidade que funda um tipo ideal de dominação.

Com base na natureza dessa crença típica que Weber delimita o critério para a construção da tipologia da dominação. A figura 6 esquematiza os tipos de dominação legítima, mediante os quais o sociólogo afirma que os detentores do poder – independente do domínio – valem-se de três princípios de legitimação ao exercício da sua dominação: (a) tradicional; (b) carismática; (c) racional-legal.

FIGURA 06 – Esquema da dominação legítima e sua tipologia.

DOMINAÇÃO → Probabilidade da emissão
de uma ordem encontrar **obediência.**



Depende de **CRENÇAS.**

Interessa a Weber a **dominação legítima:**

- a) Tradicional
- b) Carismática
- c) Racional-Legal

FONTE: AUTOR (2018)

QUADRO 04 – Correspondência entre natureza das crenças e tipos de dominação.

TIPO DE DOMINAÇÃO	CRENÇA CORRESPONDENTE QUE O “VALIDA”
TRADICIONAL	No reiterado emprego ou uso, feito “tradições”, desde tempos imemoriais, que dão sustentação àqueles que dominam bem como às ordens que emitem.
CARISMÁTICA	Na devoção afetiva ao caráter exemplar, heroísmo ou santidade de alguém, quase sempre revestidos de uma espécie de aura ou magnetismo, dando sustentação àqueles que dominam bem como às ordens que emitem.
RACIONAL-LEGAL	No direito e em regras sancionadas, que dão sustentação àqueles que dominam bem como às ordens que emitem.

FONTE: AUTOR (2018)

Na vida vivida, isto é, na realidade empírica, a dominação ocorre sempre por meio de uma combinação desses tipos, em que os casos verificados no cotidiano apresentam com frequência traços característicos de cada um dos tipos.

Por exemplo, a hegemonia ou o imperialismo dos Estados Unidos, no século XX, encontra elementos da dominação tradicional pela via do belicismo, isto é, da guerra ou da iminência dela ao equilíbrio de forças, sem que ela fosse necessariamente imposta – vide a “Guerra Fria”; da dominação carismática, no *American Way of Life* (“estilo de vida americano”) desejado por contingentes expressivos da população mundial e facilitado pela indústria cultural daquele país – vide o cinema hollywoodiano; e da dominação racional-legal, já que os Estados Unidos não deixam de participar das principais organizações internacionais – ONU, OTAN, OMC, FMI, etc. – de modo a buscar assegurar os seus interesses no direito internacional, bem como a obter segurança jurídica em suas transações comerciais e financeiras.

Ademais, cotidianamente, a obediência tende a ser motivada por uma combinação de costume com “cálculo” racional que avalia a adequação meios-fins para a realização de interesses materiais. No entanto, esses motivos por si sós não se constituem como suporte duradouro e confiável para a continuidade da dominação. Para que ela subsista, é preciso que haja, mesmo que minimamente, alguma crença da parte do dominado.

Dela depende toda a disposição para a sua obediência e reforça a importância da tipologia acima elencada. Na medida em que a sociedade se amplia e se complexifica, a tendência é de um acento da dominação racional-legal no conjunto social. Entretanto, como já dito, legitimados por depositários (*Träger*) propagadores, a mudança social dependeu de líderes carismáticos. Todavia, esses assim a realizam contrariando todos os valores, tradições, costumes (dominação tradicional), normas e leis (dominação racional-legal).

A dominação carismática é exercida por um líder sobre discípulos e seguidores que creem nos poderes extraordinários dele. Esse líder, que surge em situações de crise, pode ser um profeta, um herói guerreiro, um político, um demagogo, um oráculo, ou um mágico. Em todos esses casos, a dominação do líder carismático deriva do reconhecimento de seus dons excepcionais e não acessíveis a pessoas comuns. Uma vez reconhecida a autenticidade desses poderes, discípulos e seguidores sentem-se obrigados ao dever de se dedicarem integralmente ao líder carismático, o qual exige estrita obediência. Discípulos e seguidores obedecem às ordens do líder em virtude da devoção afetiva que sentem por ele e da convicção de que existe uma autêntica relação pessoal entre eles (KALBERG, 2010, p. 80-81).

Tendo em conta que está centrada num líder portador dessas características “sobrenaturais”, a dominação carismática é frágil e instável. Isso mesmo porque esses homens e mulheres possuem um tempo de vida e precisam demonstrar continuamente o quanto são incomuns mediante seu carisma. A fim de que esse tipo de dominação sobreviva no curso da história é preciso que encontre “herdeiros” ou

que se institucionalize, incorporando formas rotinizadas e impessoais, como, por exemplo, na figura de sacerdotes para a Igreja, instituição que por sua vez se construiu a partir de lideranças carismáticas de “carne e osso”. A natureza fortemente pessoal dessa dominação a conduz à rejeição da racionalidade legal.

A figura 7 apresenta exemplos de lideranças carismáticas no século XX. Da esquerda para a direita e de cima para baixo, Rosa Luxemburg (1871-1919), Mahatma Gandhi (1869-1948), Juan Domingo Perón (1895-1974), Martin Luther King Jr. (1929-1968), Malcolm X – Al Hajj Malik Al-Shabazz (1925-1965), Madre Teresa de Calcutá – *Anzejë Gonxhe Bojaxhiu* M. C. (1910-1997), Che Guevara – *Ernesto Guevara de la Serna* (1928-1967) e o Papa João Paulo II – *Karol Józef Wojtyła* (1920-2005).

FIGURA 07 – Algumas lideranças carismáticas do século XX.



FONTE: Adaptado por NTE (2019).

Nesse sentido, em oposição típica à dominação carismática, a dominação racional-legal encontra exemplo nas *burocracias*. Sua legitimidade é verificada na medida em que existe observância a normas procedimentais – regulamentos e regras gerais – claras e impessoais devidamente publicizadas, que são respeitadas por todos os indivíduos que integram a organização burocrática.

O Estado moderno a contempla e a privilegia. No entanto, como todo tipo ideal, não se encontra em sua forma pura na sociedade. Portanto, não raro, aparecem formas “híbridas”, em combinação com formas de dominação carismática ou mesmo de dominação tradicional.

Aliás, quanto a estas, na experiência brasileira, o Estado republicano, ao passo que apresenta configurações de moderna burocracia, conserva traços de patrimonialismo em que os indivíduos lidam com a coisa pública como se fosse propriedade particular deles mesmos. Assim surge o fenômeno brasileiro definido por cientistas sociais como “burocracia-patrimonialista” ou “patrimonialismo-burocrático” (CARVALHO, 2003; FAORO [1957] 2012; URICOECHEA, 1978 et. al).

Enfim, mediante a definição desses critérios encontrados na relação entre a

natureza da crença, o tipo de dominação, e a dinâmica que a funda – de mando e obediência –, delimita-se a esfera – ou, como visto, o domínio ou a ordem – social que distingue as ações que se dinamizam no seu contexto das que se realizam em outras esferas sociais.

Das **análises pluridimensionais de Weber**, tem-se o reforço de que os princípios estruturais de cada tipo de dominação subordinam-se não só a determinantes econômicos como a políticos ou outros de quaisquer naturezas. Com efeito, quanto mais autônoma uma dada esfera social, mais tende a estar orientada por lógicas próprias para além dos fatores econômicos.



INTERATIVIDADE: No Café Filosófico, “A Sociologia de Weber” é contextualizada por Gabriel Cohn, organizador de uma das principais coletâneas da obra do sociólogo no país (Cf. Cohn, 1979). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qU_zUBTsILQ

Tendo em conta esses fatores multicausais, por conseguinte, que o sociólogo esclarece porque não se desenvolveu, antes do século XX, o capitalismo moderno nas civilizações não ocidentais. Nessas, verificou-se resistências, especialmente religiosas, que neutralizavam ou bloqueavam a capacidade de transformações, mesmo que fossem possíveis objetivamente incorporações tecnológicas.

Justamente aí reside em grande medida a oposição de Weber a Marx. Como este, ele levava em consideração o peso do conflito e da competição em sociedade. No entanto, de modo distinto, não atribuía a desigualdade ou a possibilidade de mudança em decorrência somente a fatores materiais localizados no domínio econômico. De acordo com o sociólogo, existem várias forças que concorrem para esses resultados ou consequências além daquelas específicas do mundo da economia.

ATIVIDADE – UNIDADE 1

Atividade 1 – Imagine a sociedade como um corpo humano. Então, descreva-a, detalhando quais são seus órgãos vitais, ao tomar como referência, de modo concomitante, a fisiologia humana e os principais conceitos – divisão do trabalho social, solidariedade, consciência coletiva, etc. – na formalização sociológica em Durkheim.

Atividade 2 – Reflita sobre a moral e as regras de convívio social. Então responda: quais regras se impõem a todas as pessoas em sociedade? Como? Pode-se referir em aplicação diferencial de regras na sociedade? A moral de alguma comunidade indígena difere da moral da sociedade brasileira? Explique esses questionamentos.

Atividade 3 – Considere os líderes carismáticos retratados na Figura 7, da página 40. Então responda a partir da formalização sociológica de Max Weber: por que eles podem ser considerados líderes carismáticos? Como se tornaram – ou podem ter se tornado – líderes carismáticos? Em que medida essa classificação é verdadeira, tendo em conta o papel de “depositários” propagadores de suas ideias? Como esses contribuíram para que elas continuem vivas? O carisma desses líderes se institucionalizou? Quando e como?

2

A TEORIA MARXISTA NAS
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS

INTRODUÇÃO

A sociologia surge como disciplina e é institucionalizada no contexto do desenvolvimento do capitalismo. Ao passo que esse sistema econômico propiciou à humanidade uma ampliação da base material e tecnológica sem precedentes na história, gerou exploração dos trabalhadores e desigualdade. Preocupado com as questões que o capitalismo suscitou à sociedade do século XIX, Karl Marx dedicou toda a sua vida e obra à crítica do modo de produção capitalista, tendo escrito seus textos em período anterior a Durkheim e a Weber. Marx é referência fundamental nas ciências sociais, contribuindo por meio de seus estudos ao desenvolvimento de suas diferentes disciplinas, embora ele não estivesse preocupado com a disciplinarização de nenhuma delas. Dito de outro modo, ele nunca se dedicou à criação de uma disciplina de “sociologia”, mas acabou por ser muito importante ao desenvolvimento dela.

De um modo geral, adota-se o termo “marxista” como referência a esse pensamento em que se incluem seus “discípulos” e comentaristas. Não obstante, ao referir-se de modo necessário e específico ao que foi elaborado unicamente por Marx, então se diz “marxiano”. Apesar de seu enfoque pautar-se fundamentalmente no domínio econômico – em contraste a Weber –, não desprezou o fenômeno político, considerando a totalidade social no regime capitalista de produção, em que se verificam outras configurações sociais. Mas essas são apreendidas por método distinto, mediante a análise das estruturas de apropriação econômica e de dominação política por entre as quais se consolidam relações sociais e os conflitos que delas eclodem.

Assim Marx, “Ao analisar o capitalismo, apanha os fenômenos como fenômenos sociais totais, nos quais sobressaem o econômico e o político, como duas manifestações combinadas e mais importantes das relações entre pessoas, grupos e classes sociais” (IANNI, 1982, p. 7). A Unidade 2 aborda esse processo que deixa profundas marcas na vida social. Na Subunidade 2.1, são descritas as fases históricas do capitalismo, do seu surgimento até os dias atuais. Já a Subunidade 2.2 trata da geração de desigualdade com base na formalização sociológica de Marx, com foco nos processos de obtenção da mais-valia pelo capitalista e de alienação do trabalhador.

2.1

O CAPITALISMO

Tem se constatado até aqui a importância do desenvolvimento capitalista para a formalização das teorias sociológicas. É que a sua disseminação pelo mundo, a partir do ocidente europeu e dos Estados Unidos, suscitou uma série de questionamentos novos ante a problemas emergentes na sociedade, que saíra do feudalismo e que em muitos casos manifestava perplexidade em face das contradições e dilemas que o novo sistema impunha. Nele, a propriedade privada busca o lucro e, a fim de realizar essa finalidade, emprega o trabalho assalariado. Por causa da magnitude dos efeitos desse processo social no mundo contemporâneo, cabe aqui a abordagem mais detalhada do capitalismo, começando por sua primeira fase: o *capitalismo comercial*.

Ele surgiu por volta do século XV com a decadência do feudalismo, cuja produção era autossuficiente sem estar orientada em essência às trocas mercantis, já que se visava ao consumo local. Na medida em que foram descobertas e colonizadas novas terras fora da Europa e que surgiu a burguesia, ampliaram-se na economia os objetivos voltados ao comércio. Essa expansão foi beneficiada pela aliança que essa nova classe forjou junto aos monarcas de então, os quais viriam a dar sustentação ao poder nascente do Estado moderno, caracterizado pela centralização do poder baseado num território unificado e que vem a forjar a ideia de nação e nacionalidade.

Portanto, no capitalismo comercial houve a intensificação das trocas mercantis – daí ser conhecido como “mercantilismo” – sob o controle estatal, que adotara políticas protecionistas e de superávits na balança comercial. O Brasil, enquanto colônia de Portugal, foi um dos principais palcos de exploração de riquezas postas em circulação no comércio internacional. Por aí, essa fase tornou-se fundamental para a acumulação de capital necessário adiante ao financiamento da segunda fase do capitalismo, que é a que mais interessa aos objetivos deste livro: o *capitalismo industrial*.

De início o rápido desenvolvimento econômico esteve restrito à Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX. Mas as mudanças econômicas logo se verificaram em outras partes da Europa e se espalharam pelo planeta. Contaram com o suporte da Revolução Industrial, deflagrada a partir da invenção da máquina a vapor, por meio da qual se tornou possível a produção de mercadorias em série com custos menores do que mercadorias equivalentes elaboradas em condições artesanais.

Portanto, a produtividade aumentou, os preços das mercadorias diminuíram, a classe operária ampliou-se, as comunicações e transportes expandiram-se, o imperialismo tornou-se marcante nas relações internacionais, os excedentes de produção acarretaram crises e a procura de novos mercados concomitante a declarações de guerras.

Note-se que o sistema é caracterizado por uma competição exacerbada em suas diversas esferas, sejam elas as da produção, da distribuição e do consumo, incluindo os próprios indivíduos, exploradores e explorados.

Para a classe social dominada, constataram-se problemas decorrentes da aceleração dos processos industriais, como a precarização das condições de trabalho, desemprego e baixos salários. Se a organização dos trabalhadores, por um lado, estimulava a consciência de classe, o individualismo, por outro, tornava-se traço cultural da sociedade capitalista.

Nesse sentido, Adam Smith (1723-1790), filósofo que teorizou o liberalismo econômico capitalista, é considerado o formulador clássico das ideias individualistas na obra magna *A Riqueza das Nações* (1776), em que afirma que os indivíduos são livres para competirem entre si e para buscarem seu interesse próprio na forma privada de ganhos econômicos.

Ao passo que isso possa não parecer em si mesmo extraordinário, os efeitos da competição universal baseada nos atos privados de indivíduos impactou profundamente a fábrica social. Onde os indivíduos haviam estado uma vez ligados por obrigações comuns e laços econômicos, estes foram repentinamente substituídos pela busca independente do interesse próprio e ganho privado. Vista dessa perspectiva, a sociedade era pouco mais que uma associação de indivíduos autônomos atuando sobre o princípio do interesse cambial e econômico (MORRISON, 1995, p. 15).

Os efeitos desse processo de expansão das relações capitalistas ao redor do mundo intensificaram a ocorrência de suas crises cíclicas e as guerras, de proporções cada vez mais devastadoras. Entre 1914 e 1918 e em seguida 1939 e 1945, o planeta experimentou as consequências, respectivamente, das duas grandes guerras mundiais cujo poder de destruição foi intensificado mediante a incorporação de tecnologias bélicas de alto impacto, como a bomba atômica. Concomitante à produção da morte em massa, a indústria cultural que se desenvolvera sobretudo durante o século XX, propiciava conteúdos escapistas – em especial, cinematográficos e televisivos – por meio dos quais se neutralizavam eventuais antipatias aos promotores do morticínio.

A figura 8 aborda, por meio da obra de arte “Napalm” (1994) de Bansky, essa contradição do capitalismo, que naturaliza culturalmente a violência. O artista britânico emprega dois ícones da cultura estadunidense, Mickey Mouse e Ronald McDonald, que parecem querer raptar uma menina nua em prantos. De fato, a imagem dessa menina foi feita a partir da realidade fotografada no Vietnã, em 1972, por Nick Ut, repórter da Associated Press, quando se deparou com a criança Phan Thi Kim Phúc, então com nove anos de idade, fugindo ferida de bombardeio de napalm.

FIGURA 08 – “Napalm” ironiza a cultura do capitalismo cuja violência provém do sistema que a criou.



FONTE: “Napalm”, de Banksy. Disponível em: <<http://blog.ac-versailles.fr/artinenglish2017/index.php/post/26/01/2018/Napalm-by-Banksy>>

O fim da Segunda Guerra Mundial coincide com o início da terceira fase do *capitalismo: o capitalismo financeiro*. Nesta, as grandes corporações tendem a concentrar as mais diversas atividades econômicas, não só as da indústria, de modo a surgirem monopólios ou oligopólios globais que passam a controlar a produção e a distribuição de bens e serviços.

É caracterizada pela consolidação da hegemonia dos Estados Unidos, país que mais se beneficiou das consequências do fim da guerra. Com efeito, próximo da cessação das batalhas, já prevendo o desfecho do conflito, as grandes nações reuniram-se em Bretton Woods, em 1944, a fim de regular o marco das transações financeiras a partir da normalização das relações internacionais. Chancelou-se a observância a uma política monetária rígida, em que o ouro deixou de ser o padrão de lastro das moedas, passando a ser o dólar estadunidense, ao mesmo tempo em que foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI) com a finalidade de fiscalizar e orientar os parâmetros dessa regulação.

Nesse estágio, sobrepondo-se inclusive às grandes corporações fabricantes dos produtos mais conhecidos, encontra-se o poder dos grandes bancos. De fato, as instituições bancárias vieram a fundir-se com os empreendimentos industriais e comerciais, participando deles como acionistas diretos ou gerenciando fundos de investimento.

Ademais, os bancos também se tornaram protagonistas da especulação financeira e da desestabilização ou volatilidade de mercados, cujo episódio recente do *crash* de 2008, que ocorreu nos Estados Unidos afetando todo o planeta, continua a repercutir na economia e mantém-se como dado incontornável até o momento da crise estrutural do capitalismo financeiro.

Combinado ao capitalismo financeiro pode-se mencionar uma quarta fase: o *capitalismo informacional*. Caracteriza-se pela gradual expansão – a partir da década de 80, com intensificação por volta da virada do século XX para o XXI – das tecnologias de informação e comunicação (TIC), em especial as redes telemáticas cujo destaque cabe à Internet, que integraram o mundo em instantes.

Em grande medida, está associado ao capitalismo financeiro e é responsabilizado por contribuir à crise estrutural do capitalismo contemporâneo, já que hoje é possível o dinheiro “deslocar-se” de um país para outro em segundos. Dinheiro esse que é virtual e com pouquíssimo lastro. Com isso, numa interação do capitalismo financeiro com o capitalismo informacional, a volatilidade financeira aumenta, bem como a perda de confiança nos mercados. Com efeito:

{...} a crise financeira que explodiu em 2008 desacreditou a crença no capitalismo triunfante, expresso de modo mais confiante no mito da nova economia para além de retrocessos cíclicos (“não mais prosperidade e estouros”), e provocou uma nova onda de avaliações crítica. Especulações sobre uma crise terminal têm sido revividas, mas decididamente elas parecem prematuras. Muito mais séria é a discussão sobre o possível futuro de médio alcance ou desaparecimento do capitalismo (Wallerstein et al., 2013), especialmente quando é conduzido sem qualquer expectativa a priori de uma alternativa de progresso. [Note-se] que um quarto de século após seu supostamente maior triunfo, o capitalismo tem sido reproblematicado: as perguntas sobre seus custos e benefícios, sua coerência e sustentabilidade estão de novo na agenda (ARNASON, 2015, p. 353-354).

Sem ao certo saber o que está por vir, para o estudo da sociologia hoje continua a importar o que ainda existe ou que já existiu. O quadro 5 sumariza em termos históricos as fases do capitalismo, atentando que cada nova fase não elimina a existência de características das fases anteriores no tempo atual.

QUADRO 05 – Fases do Capitalismo e seu período na história.

FASE	PERÍODO
CAPITALISMO COMERCIAL	Séculos XV ao XVII.
CAPITALISMO INDUSTRIAL	Século XVIII ao XX.
CAPITALISMO FINANCEIRO	Século XX, a partir da Segunda Guerra Mundial.
CAPITALISMO INFORMACIONAL	Século XXI.

FONTE: AUTOR (2018)

Dentre os pensadores estudados neste livro, a preocupação sobre o capitalismo é mais evidente em Karl Marx (1818-1883), já que o “pano de fundo” de toda a sua obra é a crítica da economia política. Esta economia política é o capitalismo. Mais especificamente, para Marx, o capitalismo industrial. Em tempo, muito marginalmente ele referiu-se ao “capitalismo”. Na maior extensão dos seus trabalhos ele fez referências ao modo de produção capitalista. Portanto, esse é o modo de produção que mais interessa a Marx.

Com efeito, toda a sua vasta pesquisa, orientada pela ambição de realizar aquela crítica da economia política, resultou – entre outras – na obra magna *O Capital* (1867). A Europa na época dele vivenciava acelerado processo de industrialização que forçou as pessoas a deixarem suas atividades ligadas à agricultura ou ao artesanato de modo a obrigarem-se a trabalhar como operários em fábricas cujas condições oferecidas eram desumanas.

Esse deslocamento das pessoas de suas regiões de origem para grandes centros manufatureiros resultou no acelerado processo de urbanização, pobreza e alienação. Tornou-se evidente que essas contradições – entre o incremento da base material da sociedade concomitante a contingentes humanos depauperados – traria consequências políticas na história. Como de fato aconteceu.

Destarte, por um lado, o capitalismo é um modo de produção ou um subsistema econômico. Por outro, é uma relação social geral que atinge a totalidade da sociedade, caracterizando assim uma formação social identificada com o mundo moderno e contemporâneo. Como tal, define comportamentos individuais e coletivos que lhes são peculiares, relacionados à produção, distribuição e consumo de mercadorias ou, noutros termos, bens e serviços. Em comparação a outros modos de produção, a despeito da existência de controvérsias, o capitalismo se distingue por apresentar em essência as seguintes características:

- 1 - Propriedade privada dos meios de produção;
- 2 - Trabalho formalmente livre e assalariado;
- 3 - Sistema de mercado;
- 4 - Livre iniciativa da empresa privada;
- 5 - Racionalização dos meios e métodos de acumulação, valorização e exploração do capital, com objetivo da obtenção do lucro.

Por aí, concomitante à racionalização técnico-produtiva, científica e administrativa orientada pelo capital, ocorre também o processo de racionalização por inteiro da “conduta de vida” individual e coletiva (RUSCONI, 2007). Portanto, não se pode reduzir o capitalismo ao domínio econômico, pois nele concorrem fenômenos históricos, sociais, políticos, etc. Entretanto, é a relação entre trabalho assalariado e capital que sustenta o capitalismo e sua contínua produção de mercadorias, de modo em que a exploração resulta em desigualdade.

2.2

A PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE

Considerando os demais sociólogos “clássicos”, Weber e Durkheim, Marx pode ser contrastado, primeiramente com Weber, pela distinção no enfoque metodológico e pelo seu modelo de estratificação social. Nesta, a questão da dominação. Ao passo que em Weber a dominação perpassa por sua tipologia – carismática, tradicional, racional-legal –, em Marx a dominação é de classe, determinada pelas relações econômicas que opõem classes as quais, portanto, são antagônicas.

No que se reporta à estratificação social então, para Marx, existe uma estrutura de classe composta por capitalistas e proletários; para Weber, de proprietários – estratificados em rentistas e empreendedores – e não-proprietários – estratificados em classes médias; trabalhadores qualificados; trabalhadores semiquualificados; e trabalhadores não-qualificados). O quadro 6 evidencia a distinção entre a estrutura de classe em Marx e em Weber.

QUADRO 06 – Modelo da estrutura de classe em Marx e em Weber.

MODELO DE MARX	MODELO DE WEBER
1 - CAPITALISTAS 2 - PROLETÁRIOS	1 - Proprietários a) Rentistas b) Empreendedores 2 - Não-proprietários a) Classes médias b) Trabalhadores qualificados c) Trabalhadores semiquualificados d) Trabalhadores não-qualificados

FONTE: Adaptado de Turner; Beeghley; Powers, (2012, p. 222).

Já em relação a Durkheim, destaca-se em contraste o peso da influência filosófica de referência. Ao passo que Durkheim foi influenciado por Comte, vindo a incorporar argumentos deste de modo a refutá-lo, algo similar deu-se com Marx no que se reporta ao filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831).

Hegel propunha o método dialético para apreensão do conhecimento ao constatar na história o movimento da dialética, cuja compreensão dos fenômenos verificaria a dinâmica da tese (uma ideia), em tensão com *antítese* (contradição ou ideia contrária), geradoras de *síntese* (provisória, pois enseja outras ideias, já que o movimento é contínuo). O princípio para tanto seria uma Ideia Absoluta que orientaria o rumo à sua realização.

Em oposição, Marx “substituiu” a Ideia pelos homens. O movimento é dinamizado por esses, no que denominou “materialismo histórico”: a realidade material em que os homens vivem ao longo da história (tese) é contraditória acarretando lutas (*antítese*).

A propósito, essa refutação marxiana a Hegel tem muito a ver com a sua postura intelectual diante o mundo. Em *Teses sobre Feuerbach* ([1845] 2008a, p. 103), ele estampou frase célebre – “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*.” – que sintetiza concepção intelectual que rechaça ao homem de pensamento o papel exclusivo de analista da vida social.

Ademais, para além das necessárias análises sociológicas e mais que a importância das prescrições ou receituários provenientes delas, urge então o engajamento do próprio intelectual na transformação do mundo. Marx fez da sua vida exemplo concreto dessa concepção; mais do que uma simples “fórmula intelectual”. Para tanto, o formulador de ideias necessita ingressar no fluxo do movimento histórico. E o motor da história é a luta de classes.

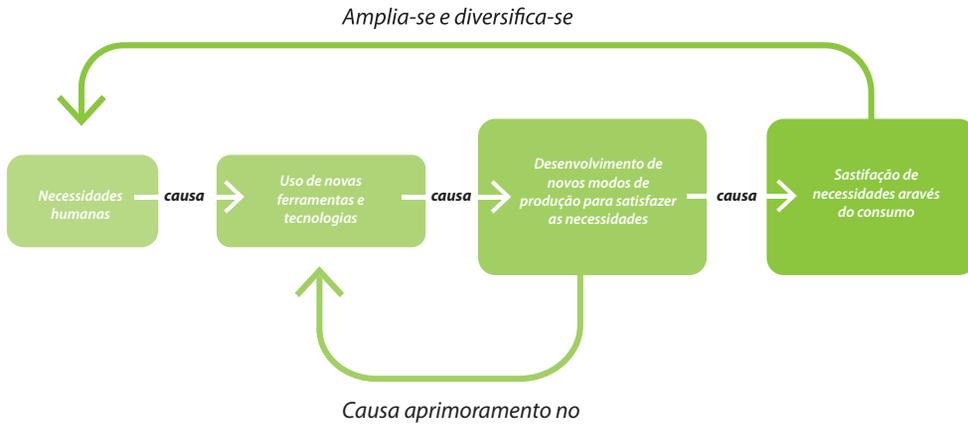
Em face disso, Marx argumentava que a análise teórica deveria ter fundamentação empírica, isto é, ser baseada na existência dos seres humanos, os quais precisam sobreviver não raro em ambientes hostis. É notório o emprego dessa abordagem, já que – diferente de outros animais – eles manipulam o ambiente de modo a satisfazerem suas necessidades. Isso implica algum nível de consciência. Consciência então que surge da experiência.

Assim, Marx afirmava que as pessoas produzem suas ideias sobre o mundo à luz das estruturas sociais em que vivem e as experiências que têm nessas estruturas. Portanto, para ele, o foco deve recair sobre o “processo de produção real” (MARX; ENGELS, 2008b) o modo como as pessoas influenciam e são influenciadas por suas condições materiais (por exemplo, grau de fome, de desemprego, de falta de moradia, de degradação do meio ambiente, etc.).

A vida humana envolve a satisfação de necessidades, desde as mais básicas – comer, beber, etc. – até mais complexas. Por meio das técnicas, da tecnologia, o ambiente é manipulado de modo a obter-se essa satisfação. Com o emprego de novas ferramentas e tecnologias, surgem novos modos de produção.

Ao longo do tempo, novas necessidades são continuamente criadas. Isso porque, na medida em que necessidades básicas tendem a ser satisfeitas, surgem outras. Nessa dimensão, encontra-se a criatividade no trabalho humano. Em suma, há uma relação entre satisfação e criatividade. Tanto uma como a outra se tensionam no capitalismo em face da desigualdade e da alienação, mais adiante abordadas. A figura 9 detalha o *processo de desenvolvimento das forças produtivas* a partir da satisfação das necessidades humanas.

FIGURA 09 – Perspectiva marxiana das necessidades humanas no contexto da produção e da história.

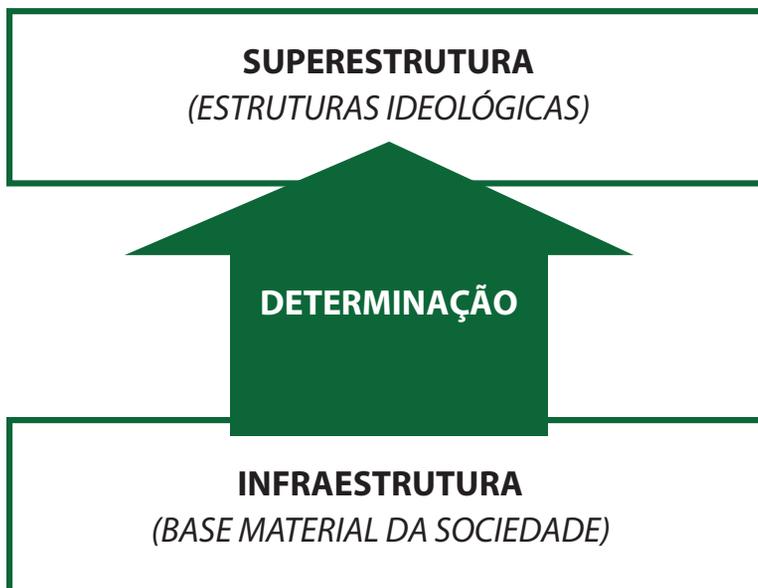


FONTE: Adaptado de Turner; Beeghley; Powers, (2012, p. 145).

Na perspectiva do sociólogo, esse enfoque marxiano recai sobre o caráter contraditório no movimento histórico, em que se explicam essas contradições nas relações sociais de modo a negá-las e a superá-las. É na concepção materialista que se verifica o acento de Marx sobre a base econômica da sociedade – denominada “infraestrutura” –, já que é dela que os seres humanos produzem suas condições de existência.

Essa infraestrutura determina a “superestrutura”, correspondente às estruturas ideológicas da sociedade (política, direito, religião, escola, mídia, arte, etc.). A difusão de concepções de mundo, a partir dessa superestrutura, segue o controle e os interesses da classe dominante a fim de que ela obtenha a continuidade e manutenção da dominação fundada desde a sua propriedade dos meios de produção (base material). A figura 10 esquematiza a base de determinação da infraestrutura por sobre a superestrutura.

FIGURA 10 – Perspectiva marxiana das necessidades humanas no contexto da produção e da história.

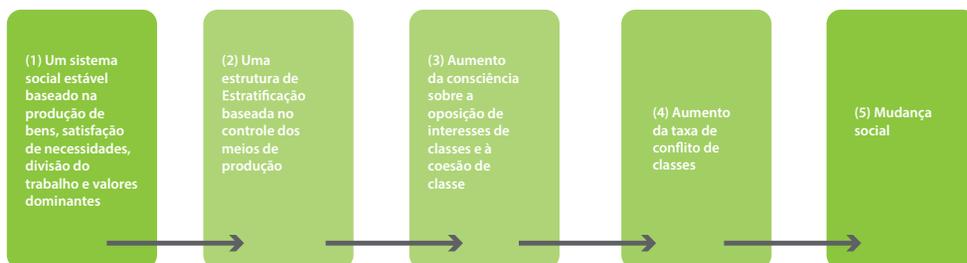


FONTE: AUTOR (2018).

Essa base é formada por “forças produtivas” (matéria-prima, instrumentos, tecnologia e outros elementos fundamentais para a produção) e “relações sociais de produção” (modos de apropriação da produção e distribuição), cuja articulação entre elas origina um “modo de produção”. É nessa origem que se verifica a mudança histórica, de acordo com Marx, quando um modo de produção é sucedido por outro, como por exemplo o feudalismo pelo capitalismo.

Essa superação, por sua vez, que implica mudança social, é o resultado da luta de classes e expressão do motor da história, isto é, do seu movimento contínuo até o comunismo, que viria a ser a sua síntese final. O capitalismo seria com isso superado. Esse fato seria alcançado pelo proletariado em face de sua situação de antagonismo em relação à burguesia dominante, já que na acepção marxiana a estratificação social – isto é, a distribuição (desigual) dos indivíduos conforme suas diferenças em relação ao acesso à riqueza, poder, cultura, prestígio, etc. – é baseada no controle dos meios de produção. A figura 11 apresenta a dinâmica baseada na luta de classes que resulta na mudança social.

FIGURA 11 – Modelo de Marx da geração da estratificação, conflito de classe e mudança.



FONTE: ADAPTADO DE TURNER; BEEGHLEY; POWERS, (2012, P. 163).

A relação entre trabalho assalariado e capital, como observado, é que sustenta o capitalismo e sua contínua produção de mercadorias. Para Marx, toda mercadoria possui dois tipos de valor:

- 1) o *valor de uso* – decorrente da satisfação de um tipo de necessidade (comer, beber, vestir, etc.); e
- 2) o *valor de troca* – formado a partir do trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria.

O valor de troca, portanto, é uma abstração do trabalho humano que está presente em todas as trocas mercantis, isto é, aquelas realizadas no mercado capitalista.

Em decorrência de o trabalho, segundo Marx, ser a fonte exclusiva de geração de valor, é exigido do trabalhador que ele venda sua força de trabalho por um valor menor do que o valor que será por ele produzido. Essa diferença, entre o valor produzido e o valor da força de trabalho, corresponde a uma taxa de exploração do trabalhador que é apropriada pelo capitalista e que se soma à sua acumulação privada de capital e, de um modo geral, de riqueza.

Com efeito, “reino da mercadoria”, o capitalismo busca naquela produção a maximização dos lucros. A “origem do lucro capitalista está no mais-valor, e o

papel do capitalista é buscar lucro” (HARVEY, 2013a, p. 122). De modo específico, nessa relação entre trabalho assalariado e capital, busca-se a valorização do capital por meio desse “mais-valor”, comumente denominado de *mais-valia*, extraída do trabalho realizado. Com isso, o trabalho ingressa no circuito das mercadorias e a elas se equipara – também se tornando mercadoria –, vindo a perder valor.

O capitalista assim induz à realização de mais-trabalho a fim de gerar mais-valia, explorada do trabalhador que é obrigado a vender-lhe “livremente” sua força de trabalho, já que é dele a propriedade dos meios de produção e do dinheiro que paga os salários. Portanto, como processo de reprodução, o processo de produção capitalista, além de produzir mercadorias e mais-valor, produz e reproduz a relação capitalista que determina a oposição entre capitalistas e assalariados.

Ao menos para o capitalista, a força de trabalho é uma mercadoria caracterizada por massa de tempo de trabalho congelado – como representado pelo custo da comida, vestimenta, habitação, e todas as coisas necessárias para que os trabalhadores continuem a voltar ao mercado com sua força de trabalho.

Além disso, em razão de os trabalhadores deverem reproduzir novas gerações de trabalhadores (a “prole”; daí, *proletariado*), é necessário contabilizar o custo de manutenção do conjunto de suas famílias. É, portanto, dessa força de trabalho que surge, como visto, a mais-valia, cuja definição da taxa é proposta por cálculo de Marx, em que ele distingue a “mais-valia absoluta” e a “mais-valia relativa”.

A *mais-valia absoluta* ocorre quando os capitalistas estendem ou prolongam a jornada de trabalho a fim de ampliar a produtividade de dos trabalhadores. De acordo com Marx, o esforço contínuo para estender as jornadas dos trabalhadores é inerente ao capitalismo.

Já a *mais-valia relativa* ocorre quando os capitalistas aumentam a produtividade dos trabalhadores ao possibilitarem que eles produzam mais numa mesma quantidade de tempo. O resultado para tanto pode ser obtido de dois modos:

1) por meio da alteração da organização do trabalho – por exemplo, a divisão do trabalho na fábrica em que os operários estão reunidos em prol da realização de tarefas específicas; e

2) por meio da implementação de tecnologia avançada no processo de produção – por exemplo, pela introdução de máquinas de alto rendimento, robôs e softwares.

O desejo por mais lucro e por mais expansão da mais-valia empurra o capitalismo ao que Marx chamou a lei geral da acumulação capitalista. Os capitalistas procuram explorar os trabalhadores tanto quanto possível: “A tendência constante do capital é forçar o custo do trabalho recuar a... zero” (Marx [1867]). Basicamente Marx argumentava que a estrutura e o etos do capitalismo empurram os capitalistas na direção da acumulação de mais e mais capital. De modo a fazerem isso, dado que na perspectiva de Marx o trabalho é a fonte de valor, os capitalistas são levados a intensificarem a exploração do proletariado. É isso que conduz ao conflito de classe (RITZER, 2010, p. 169).

Em face dessa constatação, a análise das fontes de mais-valia lhe viabilizou concluir que “A taxa de mais-[valia] é (...) a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, [1867] 2013, p. 294). Ademais, mediante essa exploração a classe que obtém mais-valia – a burguesia – administra o governo, regula a moral e as leis, de modo a manter a classe explorada – o proletariado – nessa condição de subordinação.

Entretanto, esse processo altamente lucrativo ao capitalista tende a ter vida curta. Isto é, os lucros tendem a declinar. Isso porque, de acordo com Marx, outros capitalistas, concorrentes dos capitalistas, copiam suas inovações.

Dessa forma, a mais-valia adicional gerada tende a desaparecer tão logo um novo método de produtividade torna-se geral. Por exemplo, os serviços de editoração eletrônica e de impressão de páginas a laser eram caros no início dos anos 90; hoje o custo unitário não ultrapassa os centavos. De toda sorte, a “nova realidade” acaba por estimular a busca de novas formas de mais exploração dos trabalhadores.

Apesar do incremento dessa enorme produtividade, o capitalismo, segundo Marx, contém o germe de sua própria destruição. De modo a sustentar essa previsão, ele analisou a *reprodução simples* e a *conversão da mais-valia em capital*:

A *reprodução simples* ocorre na medida em que os trabalhadores produzem mercadorias continuamente que se transformam em mais-valia para os capitalistas e salários para eles mesmos. Os trabalhadores usam seus salários de modo a perpetuar o sistema capitalista. Por causa de os capitalistas serem proprietários dos *meios de produção* e das *mercadorias produzidas*, os trabalhadores precisam devolver seus salários aos capitalistas pela via do consumo de mercadorias necessárias ao menos para a manutenção de suas vidas.

Após satisfazerem minimamente essas necessidades, os trabalhadores retornam ao mercado para venderem sua força de trabalho e com isso mais uma vez aumentar o capital por meio da criação de mais-valia. Ao longo do tempo, a sociedade capitalista é continuamente renovada, porque, além de produzirem mercadorias, seus salários, e mais-valia, os trabalhadores também (re)produzem as relações sociais capitalistas.

A *conversão da mais-valia em capital* – que pode ser entendida em termos contemporâneos como “reinvestimento de capital” (TURNER; BEEGHLEY; POWERS, 2012) – corresponde, após o capitalista ter consumido uma pequena parta da mais-valia explorada aos trabalhadores, ao reinvestimento da mais-valia remanescente a fim de realizar mais dinheiro. De acordo com Marx, isso gera uma contradição que orienta ao fim do capitalismo e ao surgimento de uma forma superior de sociedade, já que a forma circular da reprodução se modifica a uma espiral.

Como consequência, ele formula três previsões:

1- Os trabalhadores estariam para sempre separados da propriedade e do controle da propriedade privada, inclusive do seu próprio trabalho;

2 - Os trabalhadores tornar-se-iam cada vez mais pobres e um exército de reserva industrial formado de pessoas pobres seria criado;

3 - A taxa de lucro declinaria, acarretando crises industriais cada vez mais graves.

Ademais, no capitalismo, as crises ocorrem, sobretudo, em decorrência da formação de superestoques: na medida em que a produção capitalista não é planejada – “anárquica”, segundo Marx – a *superprodução* leva ciclicamente ao encalhe generalizado das mercadorias. Em suma, para Marx, a lógica de desenvolvimento capitalista, haja vista suas contradições, produzirá as condições necessárias à derrocada desse sistema. Para tanto, combinada à base industrial, crescerá a **consciência de classe** dos trabalhadores empobrecidos, que guiaria os despossuídos ao nascimento de uma sociedade sem classes na qual a produção é orientada ao bem comum.



INTERATIVIDADE: Assistir ao filme Eles Não Usam Black-tie (1981), de Leon Hirszman, que retrata a realidade de operários paulistas e de sua organização sindical. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uzl2K1bDRog>

Na perspectiva histórica, Marx reconhecia, por um lado, o papel revolucionário desempenhado no passado pela burguesia – acumuladora e detentora do capital – ao propiciar relevo a esse modo de produção que deu lugar ao feudalismo. Por outro, ele constatava que o sistema produzia alienação à vida do trabalhador assalariado.

Ele se aliena por:

- 1- não mais se reconhecer nas mercadorias que produz;
- 2- não mais compreender suas condições de trabalho e perder o domínio – bem como capacidade física e mental – sobre elas;
- 3- não mais conseguir fazer do trabalho fonte criativa e de expressão de liberdade que o distingue dos demais animais, limitando-o à mera subsistência fisiológica.

Dessa alienação, surge o “fetichismo da mercadoria”:

Por depender da forma de propriedade privada capitalista, que separa o trabalhador dos meios, instrumentos e condições da produção, a mercadoria é uma realidade social. No entanto, o trabalhador e os demais membros da sociedade capitalista não percebem que a mercadoria, por ser produto do trabalho, exprime relações sociais determinadas. Percebem uma coisa dotada de valor de uso (utilidade) e de valor de troca (preço). Ela é percebida e consumida como uma simples coisa. Assim, em lugar de a mercadoria aparecer como resultado de relações sociais enquanto relações de produção, ela aparece como um bem que se compra e se consome. Aparece como valendo por si mesma e em si mesma, como se fosse um dom

natural das próprias coisas. (...)

E como o dinheiro também é uma mercadoria (aquela mercadoria que serve para estabelecer um equivalente social geral para todas as outras mercadorias), tem início uma relação fantástica das mercadorias umas com as outras (...). A mercadoria passa a ter vida própria, indo da fábrica a loja, da loja a casa, como se caminhasse sobre seus próprios pés.

O primeiro momento do fetichismo é este: a mercadoria é um fetiche (no sentido religioso da palavra), uma coisa que existe em si e por si.

O segundo momento do fetichismo, mais importante, é o seguinte: assim como o fetiche religioso (deuses, objetos, símbolos, gestos) tem poder sobre seus crentes ou adoradores, domina-os como uma força estranha, assim também age a mercadoria. O mundo transforma-se numa imensa fantasmagoria (CHAUÍ, 2001, p. 54-55).

Dessa forma, nesse processo, o modo de produção capitalista transforma as coisas – as mercadorias – em algo como se fosse “gente”, e em coisas as pessoas que são submetidas à alienação. A propósito, essas “pessoas” continuam a valer somente na medida em que são trabalhadores, ou seja, capazes de vender sua força de trabalho.

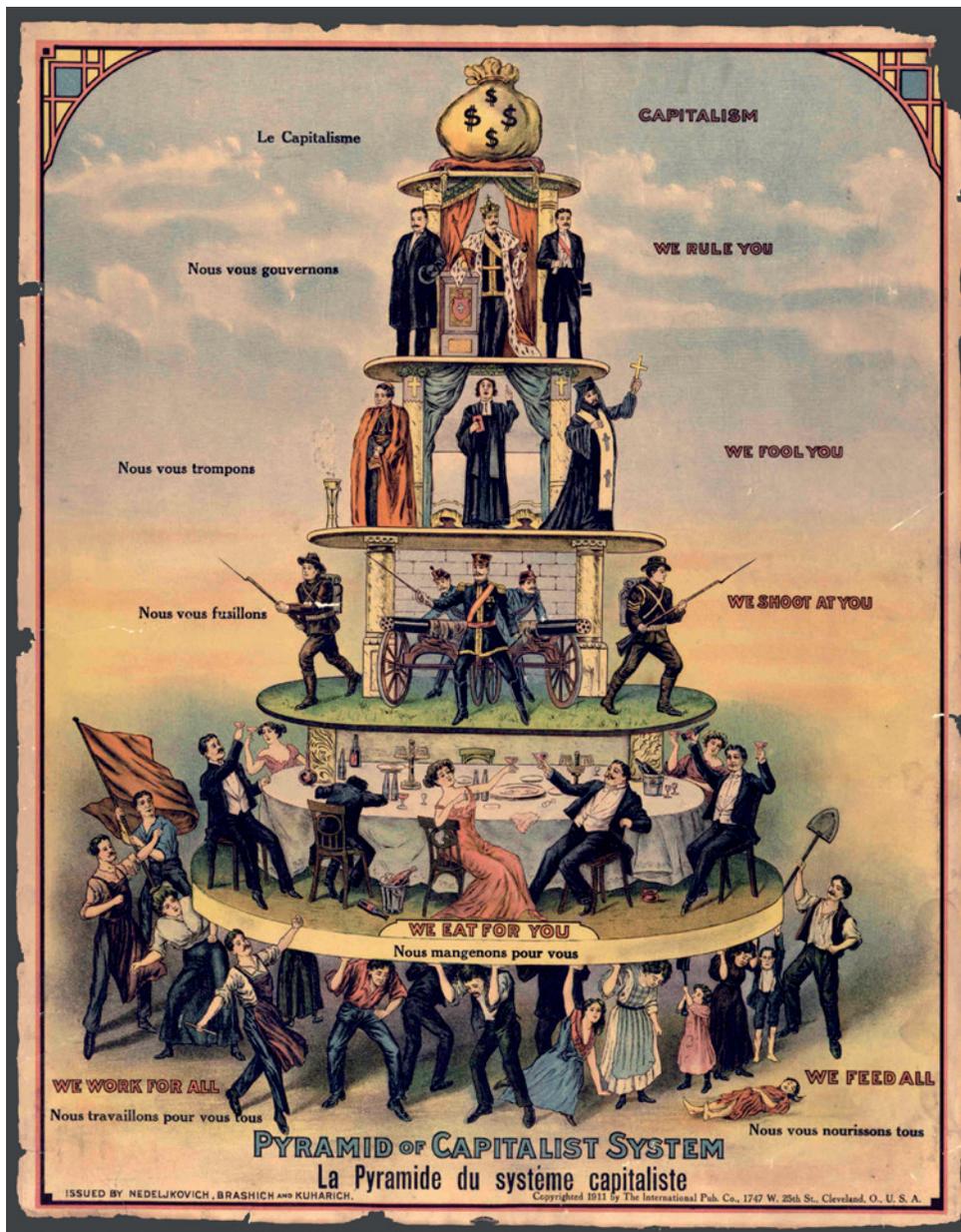
Nisso, o caráter social do trabalho desses particulares e as relações entre produtores tornam-se obscurecidas por meio da forma fixa em valor-dinheiro, parecendo um “véu” a nublar “a percepção da vida social materializada na forma dos objetos, dos produtos do trabalho e de seu valor” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 55).

Na medida em que há uma classe que concentra riqueza – os capitalistas ou burgueses – e outra que é submetida a exploração intensiva, torna-se evidente o fenômeno da *desigualdade social*.

Para Marx, “a desigualdade de classes determinaria todas as demais desigualdades e resultaria da opressão dos que possuem a propriedade dos meios de produção sobre os que não a possuem. Os motivos para a posse desses bens não seriam necessariamente meritórios (...)” (LAGO, 1996, p. 87). Isso porque muitos desses bens são incorporados ao patrimônio dos capitalistas por meio de violência, herança, e apropriação indébita ou legalizada, como no caso das regularizações de grilagens de terras.

A figura 12, da peça gráfica “Pirâmide do Sistema Capitalista” (1911) denuncia a desigualdade, apresentando-a em consonância à estrutura de classes e as relações entre infraestrutura e superestrutura. Na base, “We work for all” e “We feed all” (respectivamente, “trabalhamos por todos” e “alimentamos todos”); num estágio acima, “We eat for you” (“comemos por você”); acima, “We shoot at you” (“atiramos em você”); então “We fool you” (“Te deixamos tolo”); enfim “We rule you” (“Te governamos”). O capitalismo, por evidente, acima de tudo e de todos.

FIGURA 12 – A desigualdade e as estruturas de dominação e produção da alienação.



FORNE: Pyramid of Capitalist System. Universität Hamburg, Alemanha. Disponível em: <<http://www.epb.uni-hamburg.de/erzwiss/lohmann/Materialien/capyr.htm>>.

Combinado a esse processo de aprofundamento da desigualdade, não se deve esquecer que, desde o surgimento do capitalismo, os trabalhadores são forçados – de diferentes maneiras – a desfazerem-se do pouco que têm, caso ele exista, de modo a poderem contar para a sobrevivência, tão somente, com a venda da sua força de trabalho submetida às lógicas e regras dos capitalistas.

Por exemplo, na Inglaterra existiu até o início do século XIX a tradicional prática de os pastores deixarem sua criação – em geral de ovinos, único bem que possuíam – pastarem em terras públicas. Essa prática sucumbiu ante a elaboração de uma nova legislação no Parlamento no início da Revolução Industrial: de modo a forçar os pastores a tornarem-se operários nas fábricas, foi proibido o pasto nessas terras.

Assim os pastores que viviam no campo viram-se obrigados a emigrarem para os grandes centros urbanos em que as condições de vida eram péssimas.

Essa submissão é inerente ao sistema, já que:

Marx demonstra que, sob a superfície das relações de troca, “succe- dem processos inteiramente diferentes, nos quais desaparece [a anterior] aparente igualdade e liberdade dos indivíduos” porque “o valor de troca [...] já encerra em si a coação sobre o indivíduo”. A coação surge da necessidade de proporcionar um valor de uso para outros a um preço que é regulado pelas condições médias de produção de uma mercadoria. E o mecanismo que está por trás dessa coação é a competição (HARVEY, 2013b, p. 75).

A fim de mudar essa realidade os trabalhadores deveriam, segundo Marx, tomar o poder da classe capitalista. Noutros termos, para ele a mudança social profunda só é possível na luta de classes por meio de revoluções. A desigualdade, portanto, é produto da *estrutura de classes*: nesta as relações entre os seres humanos são condicionadas pela existência dessas duas classes fundamentais e antagônicas, em que uma que é dominante e a outra dominada.

Na sociedade capitalista, como se tem observado, esse antagonismo ocorre entre trabalhadores (ou proletários) e capitalistas (ou burgueses). Não obstante, ao longo da história, essa oposição apresentou-se na forma de outros pares: por exemplo, no feudalismo, servos e senhores feudais; na antiguidade romana, escravos e patrícios. O quadro 7 elenca a estrutura de classes ao longo da história.

QUADRO 07 – Perspectiva de Marx dos estágios da história.

ESTÁGIO	CLASSE OPRESSORA	CLASSE OPRIMIDA
COMUNISMO PRIMITIVO	Sem classes	
ESCRavidÃO	Proprietários de escravos	Escravos
FEUDALISMO	Proprietários de terras	Servos
CAPITALISMO	Burguesia	Proletariado
SOCIALISMO	Gestores estatais	Trabalhadores
COMUNISMO	Sem classes	

FONTE: Adaptado de Turner; Beeghley; Powers, (2012, p. 160).

Além dos “polos” de oposição na estrutura de classes, existem camadas ou classes intermediárias, como as classes médias, que fazem parte da estratificação social, mas que são menos importantes para a mudança social, de acordo com Marx, já que o potencial revolucionário é da classe trabalhadora. Ademais, nesse sentido, com o aprofundamento do desenvolvimento capitalista, a tendência é o desaparecimento das classes médias – em sua maior parte transformada em proletariado – restando apenas capitalistas e trabalhadores. Com a vitória desses numa revolução, por conseguinte, desapareceriam as classes, isto é, surgiria uma nova sociedade sem classes: o comunismo.

ATIVIDADE – UNIDADE 2

Atividade 1 – Com base na formalização sociológica de Marx e proposta de atividade de Meksenas (1994, p. 97), responda as questões, de preferência na forma de debate em fórum da disciplina, de modo a contextualizar a discussão em relação tanto à teoria quanto às experiências individuais: “O que torna um objeto mercadoria? Quais as mercadorias que conhecemos? É possível definir a capacidade humana de trabalho como uma mercadoria? O que determina o valor de uma mercadoria? O que é capital? Qual a diferença entre dinheiro e capital?”

Atividade 2 – Com base na formalização sociológica de Marx e proposta de atividade de Meksenas (1994, p. 98), responda as questões, de preferência na forma de debate em fórum da disciplina, de modo a contextualizar a discussão em relação tanto à teoria quanto às experiências individuais: “Qual a [sua] profissão? Que tipo de trabalho predomina na [sua] região? Qual a relação do trabalho da região com [o comércio,] a indústria ou agricultura? Quais e como são as festas típicas da área? Há letras de música que retratam o cotidiano de trabalho nessa área?”

Atividade 3 – Considere a pirâmide social da Figura 12, na página 56. Então responda a partir da formalização sociológica de Karl Marx: ao detalhar as partes envolvidas, como se processam as relações de determinação da infraestrutura sobre a superestrutura? Organize as partes envolvidas de acordo com a sua posição na estrutura de classes.

3

A INFLUÊNCIA DA SOCIOLOGIA
CLÁSSICA NA ÁREA
DA EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

Todas as sociedades ao longo do tempo e do espaço investiram em formas diferentes de educação, considerada aqui como processos de ensino-aprendizagem. Esse investimento social assumiu objetivos diferentes. No entanto, pode-se sumarizar que quase sempre eles estiveram relacionados à manutenção e à transformação da sociedade, de modo que uma geração mais experiente viesse a transmitir conhecimentos diversificados às gerações que lhe sucedem. O ser humano, “iniciado” num processo educativo, aprende as culturas em que se insere – bem como outras distantes – e os modos de conduta, de ser e agir, que o credenciam ao convívio social.

Nesse sentido, a educação é também processo de socialização, cuja compreensão é desempenhada de modo fundamental pela sociologia. Tendo isso em conta, a Unidade 3 objetiva situar a teoria social clássica abordada até aqui em relação a algumas influências na educação, a fim de que os leitores deste livro possam tomá-las inclusive como base de reflexão ou referência. A história e o cotidiano estão repletos de exemplos a serem empregados na relação ensino-aprendizagem por meio de olhar sociológico.

De modo muito sintético, nas Subunidades 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, apresenta-se, respectivamente, as contribuições de Comte e de Durkheim – ambos muito preocupados com as questões do consenso social e da integração moral do indivíduo à sociedade –, de Marx – a partir do qual a consciência de classe é instrumento de emancipação dos seres humanos –, e enfim, Weber, orientado às questões da racionalização da educação, cujo primado da técnica sobre outras experiências é algo – senão exclusivo – muito próprio da cultura ocidental contemporânea.

3.1

A INFLUÊNCIA DA SOCIOLOGIA DE COMTE NA EDUCAÇÃO

Os desenvolvimentos das ideias positivistas que viriam a influenciar a área da educação já vinham sendo difundidas na sociedade francesa mesmo antes de Comte conceber seu sistema filosófico. Considerando que ele foi muito influenciado por Condorcet e Saint-Simon, importa resgatar o que existe de específico no pensamento deles que orienta o de Comte.

Condorcet propunha a “matemática social” com referência a qual todas as ciências sociais deveriam formular identificação de modo que viessem a realizar estudos numéricos, precisos e rigorosos sobre os fenômenos sociais. Na medida em que a ciência estava submetida ao clero e à aristocracia, ela carecia de objetividade. Condorcet preconizava então a sua retirada do controle delas a fim de que se impusesse uma nova ciência.

Da sua parte, Saint-Simon foi o primeiro filósofo a empregar para a ciência o termo “positivo” (ISKANDAR; LEAL, 2002). Tendia a negar a metafísica ao propor que a observação e a discussão dos fatos deveriam dar base aos raciocínios. É daí que emanaria então o “poder” da ciência positiva: observações que fundam o conhecimento. Ademais, Saint-Simon defendia a sociedade industrial, crendo que aquilo que fosse benéfico para ela também o seria para os seres humanos.

A partir dessa concepção, Comte destacou a importância do desenvolvimento do conhecimento orientado à realização das necessárias transformações sociais, isto é, de modo a assegurar a adequada organização racional da sociedade, que é sinônimo, na acepção comtiana, de organização científica da sociedade, visando alcançar-lhe a satisfação de sua necessidade de estabilidade.

No bojo desse objetivo, encontra-se a busca das leis gerais da sociedade, cujo conhecimento por parte dos indivíduos lhes possibilitaria anteverem as possibilidades e limites à realização das necessárias reformas sociais. Tornando-se viáveis, a gradual efetivação dessas reformas aumentaria a chance de sucesso ao consenso social. Portanto, base fundamental na influência comtiana à educação é o afastamento do conflito em sociedade. Nessa perspectiva:

Comte era [...] levado a repensar o papel do intelectual, as formas e os meios de sua atuação, a fim de que o projeto positivista pudesse soldar-se à iniciativa daquelas massas que surgiam como mediadoras indispensáveis de sua realização histórica. Achava-se, assim, na ordem do dia, a “aliança completa e irrevogável” entre filósofos e proletários, aliança que ele há muitos anos considerava a alavanca da regeneração social. Mas, para que tal aliança se tornasse realidade, era preciso que os filósofos soubessem falar aos proletários e erguessem uma ponte entre cultura e incultura, a fim de congregar as classes populares no

Nesse sentido, tendo em conta que a educação é uma atividade social, ela foi influenciada de modo significativo pela filosofia positivista em decorrência do peso desta nos séculos XIX e XX. Nesse sentido, por um lado, a fragmentação curricular, em que se apresentam delimitações estritas entre disciplinas, decorre da influência positivista. Por outro, a supremacia do ensino leigo das ciências, em oposição a influências tradicionalistas religiosas, é outro legado dele resultante.

Ao seu papel na pedagogia, o positivismo teve como seguidores Herbert Spencer e John Stuart Mill (1806-1873). Para Spencer, pai do evolucionismo nas ciências sociais ou “darwinismo social”, o potencial do educando é revelado gradualmente pelo processo evolutivo da educação. Para tanto, postulava a centralidade do ensino das ciências, em que se destacariam a física, a química e a biologia como disciplinas orientadoras fundamentais à realização do espírito científico. Da sua parte, Stuart Mill atenuou o cientificismo de Spencer a fim de propiciar mais destaque às ciências sociais, como a economia, o direito e a história.

Na experiência brasileira, a influência positivista sobre a educação ganharia força sobretudo a partir da década de 1870 no seio da Escola Militar, viabilizando o surgimento de uma elite originária de setores médios da sociedade, que acabaria por constituir-se como contra-elite, em relação à elite imperial. Tendo o positivismo como fator intelectual de sua coesão, liderou o golpe que proclamou a República em 1889 (CARVALHO, 2003).

Portanto, com a República, a educação no Brasil seria marcada por tendências positivistas. Após reações contrárias, a partir dos anos 30 e 40, a escola tecnicista – durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985) – retomaria muito dos seus pressupostos. Se à época da elaboração da primeira Constituição republicana (1891) foi importante à atuação de Benjamin Constant (1836-1891) para a formulação da ideologia da ordem e progresso, para a abordagem dos anos 70 contribuiu a sua atualização – “Desenvolvimento com Segurança” – formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG).

Com efeito, a tendência geral foi de os positivistas favorecerem a ascensão das ciências exatas em detrimento de uma escola humanista. Essa prioridade estava alicerçada na concepção do positivismo de admitir somente o que é fundamentado na experiência e, portanto, tido como o real, verdadeiro e inquestionável. Ademais, a prática pedagógica deveria privilegiar o conhecimento útil, claro, objetivo, direto e prático, de modo a sustentar as ciências com base na aplicação do método científico da “hierarquização, observação, controle, eficácia e previsão” (ISKANDAR; LEAL, 2002, p. 3).

Comte considerava as ciências exatas superiores às ciências sociais. Portanto, na medida em que chancelava a fragmentação e especialização do conhecimento – por meio de currículos multidisciplinares em que as disciplinas não se relacionariam umas com as outras – e a sua respectiva hierarquização, elaborou a seguinte classificação (ordenada a partir matemática, disciplina considerada superior a todas as demais):

Matemática;
Astronomia;
Física;
Fisiologia;
Sociologia.

Como visto, a sociologia positivista também buscou adquirir “caráter científico”, no sentido de apresentar pretensão “matematizante” e de resultados precisos ao inventário dos fatos sociais. Isso porque, para Comte, as disciplinas das ciências empíricas deveriam submeter as ciências sociais aos seus procedimentos, exatos e de resultados exatos, de modo a evitar a “anarquia intelectual” (BOTTOMORE, 1988).

Em vez dessa, o filósofo buscava – e acreditava que sua filosofia tornava possível – a estabilidade social fundada no consenso. Este orientado pela ideia de ordem industrial cujo progresso nela estava incorporado. Em síntese, essa ideia geral corresponderia ao significado do lema “a ordem por base, o amor por princípio, o progresso por fim. [Assim o] positivismo tende poderosamente, por sua natureza, a consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento de uma sábia resignação” (MORAIS FILHO, 1983, p. 31).

No caso brasileiro, o “amor” foi suprimido. Para a educação, o que restou foi a ordem, na forma de disciplina, e o progresso, na concepção de processo evolutivo do educando. Nesse sentido, o estudante deveria abandonar as especulações – próprias da metafísica – e superá-las na perspectiva de vir ao encontro do conteúdo das disciplinas consideradas superiores pelo positivismo.

Na experiência mais recente a partir dos anos 70, da escola tecnicista, considerou-se o planejamento a fim de viabilizar essa evolução e a valorização da tecnologia como instrumento de sua sustentação. Por suposto, essa experiência buscava valorizar a ciência experimental, suscetível de rigorosa verificação, como modo de elaboração de conhecimento objetivo da realidade.

Dito de outro modo, a prioridade na escola tecnicista é a tecnologia educacional que objetiva a organização racional dos meios adequados à obtenção do conhecimento científico do mundo. Como consequência, permanecem em papel secundário professores e estudantes, os quais se tornam meros executores de um processo cuja concepção se encontra sob rígido controle de especialistas – supostamente imparciais, neutros e objetivos – encarregados de planejar e coordenar burocraticamente as atividades implementadas sob os valores do positivismo, isto é, da neutralidade e da objetividade científicas.

Apesar desse burocratismo hierarquizante – e em grande medida autoritário, essa concepção, para além da valorização do conhecimento científico, contribuiu para a incorporação de tecnologias associadas ao planejamento escolar e o ensino profissionalizante. De toda sorte, nessas contribuições também estão presentes riscos, já que as concepções profissionalizantes não raro cerceiam a criatividade dos estudantes e seus talentos intelectuais.

Nos dias atuais, constata-se esse grave problema em especial nas universidades, cujos cursos tendem a estarem mais voltados a formar indivíduos numa profissão do que desenvolver suas habilidades intelectuais e críticas requeridas ao diagnóstico e intervenção sobre as necessidades fundamentais das pessoas no mundo

contemporâneo.

De fato, esse tecnicismo dos ideais positivistas carece de estímulos ao aprimoramento do pensamento crítico. Muito disso se dá em razão de o positivismo pautar-se na experiência dada, no caso concreto, no que é empiricamente observável. No entanto, muito dos saberes, da produção do conhecimento, não é apreensível pelos sentidos sensoriais, isto é, por seu aspecto físico.

Torna-se então temerária, por um lado, a reivindicação da exclusividade do empirismo como atribuição própria da ciência. Por outro, também se torna problemática a fragmentação por ele promovida nos limites estreitos da disciplinarização científica, a qual não encontra lugar numa “disciplinarização da vida humana”, a menos que esta esteja subordinada a alguma lógica autoritária da qual não consegue se desvencilhar.

3.2

A INFLUÊNCIA DA SOCIOLOGIA DE DURKHEIM NA EDUCAÇÃO

A educação desempenhou um papel central na vida de Durkheim. Abandonou muito cedo o desejo dos pais para que se tornasse rabino e ingressou na prestigiada École Normale Supérieure (ENS), instituição devotada à formação de professores. Começou a carreira como professor de liceu, qualificou-se, e passou a ensinar “Pedagogia e Ciência Social”, na Universidade de Bordeaux, até 1902. Para então assumir a cadeira de “Ciência da Educação”, na Sorbonne.

Ao longo desse período, elaborou várias reflexões sobre o tema por meio de artigos, conferências e debates. Weiss (2014) acredita que o dispêndio dele de tanto tempo para a educação decorre de três fatores:

- 1) em razão do emprego, por ter sido admitido inicialmente na área de pedagogia, o que lhe obrigou a lidar com o tema;
- 2) em razão de preocupação “internalista” à sua própria teoria sociológica, pois a educação é elemento nela presente e central à vida social, já que o processo social, através do qual a moral é produzida e reproduzida, é transmitido de uma geração para outra;
- 3) em razão do ambiente social, político e intelectual de instabilidade a partir do qual teve início a Terceira República e preocupações em relação a organização moral e institucional da vida social.

Entre os apoiadores da República havia um consenso básico de que um elemento crucial para criar (...) base sólida seria transformar o sistema educacional, com especial atenção à escola primária, que permanece por um longo tempo nas mãos da igreja. As reformas do sistema educacional basearam-se nos princípios da “gratuidade”, “universalidade” e “laicidade”. Neste contexto, o ensino de uma disciplina chamada “educação moral” era de preocupação primordial, e é aqui onde Durkheim fez suas maiores contribuições (WEISS, 2014, p. XLIV).

Destarte, o tema da educação em Durkheim apresenta dois aspectos, diferentes e complementares, e que distinguem o modo como o sociólogo lidou com a educação, a saber, como sociólogo e como pedagogo:

- 1) o aspecto explicativo (sociologia da educação); e
- 2) o aspecto normativo (pedagogia).

Em relação ao aspecto explicativo, a sociologia da educação tem por obrigação observar e tentar explicar os sistemas educacionais tais como eles são, e como se associam aos ideais sociais. Não cabe à sociologia da educação, portanto, juízos

valorativos sobre a melhor ou pior educação. Ela se presta a propiciar subsídios para outras disciplinas, entre as quais a pedagogia, que é normativa e conectada à moralidade.

Então, em relação ao aspecto normativo, a pedagogia é uma disciplina bem fundamentada a fim de prescrever como deve ser a educação. “Sua principal tarefa é fornecer um guia à ação educacional” (WEISS, 2014, p. XLV). Para tanto, ela deve buscar subsídios junto a outras disciplinas científicas, em que se inclui a sociologia da educação, de modo a contribuir à realização dos ideais superiores que fundam a sociedade, os quais dependem de bons sistemas educacionais em termos de conteúdo, métodos e estrutura.

Com efeito, as prescrições morais para a sociedade encontram então suporte fundamental junto à pedagogia. Esta apresenta implicação que diz respeito à autonomia individual e a moralidade secular (laica), já que esses indivíduos que se sujeitam a aceita-la, ou seja, que aceitam prescrições morais a partir de dada moralidade, só devem fazê-lo na medida em que esta for suficientemente transparente, no sentido do conhecimento sobre suas origens e objetivos. Com esse conhecimento, pode-se assegurar a autonomia individual preconizada ao sujeito moral.

Na medida em que Durkheim passou a manipular dados etnográficos, permitiu a análise de representações coletivas (encaradas, num sentido estrito, como representações mentais ou, melhor dito, representações simbólicas) as quais, são imagens da realidade empírica. Por meio desse método, realizou os primeiros delineamentos da sociologia do conhecimento.

Por aí, é possível a percepção dos modos pelos quais os seres humanos encaram a realidade e constroem alguma certa concepção do mundo. Além disso, é possível de aferir como esses seres humanos organizam-se hierarquicamente, informados por tal concepção de mundo. Assim, esse método de indução científica é também importante para o processo da educação.

Ao centrar suas análises nas instituições sociais, o sociólogo enfatiza a importância da educação, por meio da qual as gerações adultas agem sobre as que ainda não são maduras para a vida social. Essa ação pressupõe duas modalidades de ação integradora:

- 1) a integração ao conjunto de uma sociedade política;
- 2) a integração a meios especialmente destinados à sociedade (CARVALHO; CARVALHO, 2000). Na medida em que cada instituição – como se fosse um órgão do corpo – deve desempenhar função de manutenção à harmonia do corpo social, a educação deve cumprir esse papel, acrescentando-lhe outros.

Isso porque não basta integrar o indivíduo a uma dada sociedade. A sociedade nunca está pronta nas consciências individuais. A cada geração, continuamente, é preciso reconstruir o elo entre as consciências e as bases sobre as quais repousa. Aí se encontra, por um lado, a finalidade-chave da educação: o desenvolvimento de “faculdades ativas” (DURKHEIM, 1995).

Por outro, a educação deve ter como função o aprimoramento da vida em coletividade por meio de pressupostos que a asseguram, como a submissão às regras que integram a sociedade e a mantém viva, a observância à disciplina, a abnegação

e espírito de sacrifício, entre outros.

Enfim, a educação visa a garantir a adequada e harmoniosa divisão do trabalho, por meio da qual se torna possível aos seres humanos amadurecerem com respeito à lei e aos grupos em que estão inseridos. Portanto, em face das coerções que os submetem.

Neste sentido, a educação unifica e divide ao mesmo tempo, obedecendo às exigências de uma sociedade global a um tempo integrada e altamente dividida. Assim, a vida em coletividade supõe algumas semelhanças essenciais, isto é, um certo número de ideias, sentimentos e práticas que a educação deve inculcar em todas as crianças, indiscriminadamente, [pertencentes] às categorias sociais (CARVALHO; CARVALHO, 2000, p. 86).

Especificamente em relação à divisão social do trabalho, a acepção durkheimiana é orientada à separação das gerações de acordo com suas competências e os meios específicos para os quais se destinam. Nisso, cada profissão demanda conhecimentos e atitudes específicos – métodos, hábitos, ideias, concepções de mundo –, diferenciando-se a do burguês da do operário, a do cidadão, da do camponês, e assim por diante.

De acordo com essas diferenças, a criança deve começar a ser preparada a partir de certa idade em função do ramo especializado que virá a preencher na divisão do trabalho. Para cada ramo então devem surgir educações específicas e complementares, com conteúdos disciplinares selecionados de modo a satisfazer as funções próprias que devem preencher. Como consequência, a escola passa a atuar de antemão na seleção daquelas crianças para que ocupem as posições que o sistema delas espera, contribuindo assim à perpetuação da sua posição social.

Dessa forma, a escola como agente de seleção – e de reprodução – conta com a estrutura e os determinantes da harmonia social e da divisão funcional do trabalho. A promoção e a mobilidade vertical de cada indivíduo dependerão de suas aptidões, sempre limitadas às oportunidades do meio em que nasce. O que importa é o equilíbrio do sistema para o qual a educação é somente um dos garantidores.

Portanto, a escola – como outras instituições – desempenha papel de intermediação da coerção social sobre o indivíduo por meio da aceleração de seu processo de socialização, na qual o peso da moral, para Durkheim, deve recair sobre o indivíduo à internalização dos traços constitutivos da consciência coletiva. Por aí, a educação também se torna agente da integração social e dissipadora de tendências desagregadoras.

Pode-se dizer que Durkheim – bem como Comte – também influenciou o ensino no Brasil da disciplina de Educação Moral, Cívica (às vezes, denominada “Educação Moral, Cívica e Física”) desde a década de 30, sendo facultada aos estabelecimentos a sua inclusão aos currículos escolares. Entretanto, tornou-se de obrigatoriedade nacional em 1940, com a denominação “Educação Cívica, Moral e Física”, por meio do Decreto-lei nº 2.072/40, de responsabilidade de Getúlio Vargas e do ministro Gustavo Capanema.

No período da ditadura civil-militar, após ter sido decretado o Ato Institucional nº 5 (1968), ela recebeu novo enquadramento por meio do Decreto-lei nº 869/69.

A Educação Moral e Cívica permaneceu como disciplina do 1º grau (ensino fundamental) e foi criada outra, em moldes que lhe foram complementares: Organização Social e Política Brasileira, lecionada nos cursos de 2º grau (ensino médio).

Nessa conjuntura, o que poderia ser encontrado em Durkheim como formas de desagregação foi amalgamado na Doutrina de Segurança Nacional, como fatores de risco provenientes da provável presença no país do “inimigo interno”. Este era associado a ideias subversivas. Portanto, o fortalecimento do civismo e da moral, de acordo com os cânones do regime, evitaria a ameaça de cooptação de jovens pela subversão. Noutros termos, esses jovens deveriam ser integrados aos projetos da integração nacional para os quais foi mobilizado o sistema educacional.

3.3

A INFLUÊNCIA DA SOCIOLOGIA DE MARX NA EDUCAÇÃO

No que Durkheim via desagregação, Marx percebia “fermento” para a transformação social. A luta de classes como “motor da história” pode encontrar combustível na educação com vistas à emancipação humana numa nova sociedade. De fato, Marx praticamente não teorizou de modo direto sobre a educação. No entanto, especialmente após contribuições de seu fiel companheiro Friedrich Engels (1820-1895), é possível de serem extraídas interpretações relevantes e de significação tanto para a sociologia da educação como para a pedagogia.

De toda sorte, a despeito dessa ponderação, Marx e Engels, ainda jovens, propuseram no Manifesto do Partido Comunista, entre as medidas a serem postas em prática ao menos nos países mais adiantados da época, a décima medida específica para a educação: “(...) Educação pública e gratuita para todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas (...). Combinação da educação com a produção material, etc.” (MARX; ENGELS, [1848] 1987, p. 96). Essa “produção material” – cuja interpretação aos dias atuais poderia estar associada a um ensino técnico – é tomada de empréstimo de Robert Owen, socialista utópico britânico o qual, porém, é criticado por Marx e Engels:

A doutrina materialista que pretende que os homens sejam produtos das circunstâncias e da educação, e que, conseqüentemente, homens transformados sejam produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado. É por isso que ela tende inevitavelmente a dividir a sociedade em duas partes, uma das quais está acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen). A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou automudança só pode ser considerada e compreendida como práxis revolucionária (MARX; ENGELS [1845] 2008a, p. 100).

Em suma, para Marx, o objetivo da educação é a produção do “sujeito revolucionário”, o que implica educação pública e gratuita, e educar o próprio educador, pois todos os seres humanos dependem da automudança a fim de libertarem-se. Para tanto, o foco da educação sob influência marxista é a formação das consciências e a interpretação do papel dos seres humanos na produção, não deve ter como ênfase a perspectiva do capital, mas do trabalho.

A partir dessa abordagem, a influência de Marx para a educação implica necessariamente o esclarecimento e identificação do seu conteúdo emancipatório. Como consequência, o papel da educação é de ser uma educação política, isto é,

como processo de conscientização baseado na história e orientado à participação na história.

Nesse sentido, a concepção materialista da história fundamenta a conexão entre Marx e a educação, bem como a centralidade nela do conceito de “modo de produção”, que se combina com as forças de produção e as relações de produção:

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma estrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então uma época de revolução social (MARX [1859] 2008, p. 47).

As figuras 10 e 11, apresentadas na Unidade 2, resumem esse processo descrito por Marx, em que parece ausentar-se engajamento ativo dos seres humanos, já que a consciência nada mais é do que a determinação da existência social. Essa questão ficará mais clara na obra *A Ideologia Alemã* (1845/1846):

A concepção da história (...) resulta finalmente no seguinte: (...) No desenvolvimento das forças produtivas, (...) nasce uma classe formada pela maioria dos membros da sociedade e da qual surge a consciência de uma revolução radical [que] pode se formar também, bem entendido, nas outras classes, quando toma conhecimento da situação dessa classe; (...) Uma ampla transformação dos homens se faz necessária para a criação em massa dessa consciência comunista, como também para levar a bom termo a própria coisa; ora, uma tal transformação só se pode operar por um movimento prático, por uma revolução (MARX; ENGELS; 2008 (b), p. 85-86).

A partir dessa concepção, a educação trabalha para produzir o sujeito revolucionário, num sentido emancipatório. Com efeito, ao passo que a educação, para o capital, tem limitados seus horizontes de possibilidades no interior da própria

concepção de mundo desse sujeito que encerra a sua visão da história, para o trabalho – e para a humanidade – a educação oferece possibilidades alternativas de modo que haja abertura à participação dos indivíduos no processo histórico. Expressa assim “pedagogias da esperança” (BANFIELD, 2013), vivenciadas por meio da consciência de classe.

Exemplo de pedagogia da esperança pode ser encontrado no consagrado “Método Paulo Freire”, que revolucionou o processo de alfabetização. O educador brasileiro propõe sensibilização dos estudantes, para o que se distinguem três etapas:

- 1) de investigação, em que professor e estudante, juntos, buscam no seu universo vocabular palavras e temas significativos;
- 2) de tematização, em que a análise dos significados das palavras e temas acarreta a tomada de consciência do mundo; e
- 3) de problematização, em que o professor estimula a postura crítica e consciente em relação ao mundo, de modo a que o estudante supere o pensamento mágico e acrítico (FREIRE [1967] 1989).

Nesse processo de alfabetização, a relação professor-estudante é forjada pela combinação entre prática e teoria. O encontro da prática com a teoria é chamado por Marx de “práxis”, que é a autocriação humana na história, na medida em que esta corresponde à contínua transformação da natureza humana. A figura 13 ilustra alguns slides de projeto-piloto do Método Paulo Freire, implantado em 1964 pelo Programa Nacional de Alfabetização, em Santa Catarina.

FIGURA 13 – Slides utilizados no Método Paulo Freire.



FONTE: Adaptado de Acervo Paulo Freire,.

Nesse sentido, os seres humanos incorporam capacidades universais para reinventarem-se, bem como para fazerem de si objeto de pensamento e ação. Esse processo, portanto, ocorre para além da consciência, é ativo e é real, de modo em que se torna possível aos seres humanos contemplarem a si mesmos num mundo por eles criado.

Por conseguinte, enquanto que o trabalho abrange inclusive formas instintivas que permanecem ao nível animal (Cf. MARX [1867]2013), a práxis refere-se à ação consciente. Essa distinção é importante na medida em que Marx refere-se a “trabalho alienado” e “alienação”. Da problematização da alienação, tendo em conta a ação consciente ou a necessária consciência de classe, destaca-se a questão da ideologia.

Isso porque Marx a aborda em termos de “falsa consciência”, na medida em que “A ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante tornam-se ideias de todas as classes sociais, [tornando-se] ideias dominantes” (CHAUÍ, 2001, p. 84). Como consequência, a educação na acepção marxista é emancipadora, pois propicia que os trabalhadores se libertem da falsa consciência. Com isso, de “classe em si”, tornam-se “classe para si”.

3.4

A INFLUÊNCIA DA SOCIOLOGIA DE WEBER

Max Weber, de modo similar a Marx, não chegou a dedicar diretamente estudos sobre a educação. No entanto, Sell (2002) atenta para o texto de Weber “A Religião da China”, em que aborda o papel dos letrados ou mandarins chineses naquela sociedade, havendo aí explícita menção a diferentes tipos ideais de educação, que representam poderosos instrumentos, a fim de serem pensadas as características definidoras de diferentes espaços e formas de ensino-aprendizagem. Daí se extrai, por um lado, uma perspectiva teórica com a seguinte tipologia das formas de educação:

- 1) a educação carismática;
- 2) a educação especializada; e
- 3) a educação humanística.

Por outro lado, numa perspectiva empírica, Weber propicia a compreensão do modo pelo qual a educação ocidental torna-se paulatinamente mais racionalizada e secularizada, na medida em que perde seus fundamentos religioso-metafísicos. Ao passo que isso gera ganho em especialização e produtividade, acarreta perda do conteúdo ético e de valores da educação. Não obstante, Weber explicita – de passagem no texto – a advertência da impossibilidade de proceder uma “tipologia sociológica dos fins e meios pedagógicos” (1982, p. 482), embora fosse buscá-las a fim de elaborar algumas observações.

Em relação àqueles três tipos ideais, o despertar do carisma – qualidades heroicas ou dons mágicos – é polo oposto à transmissão do conhecimento especializado no campo das finalidades educacionais. Porém, esses são polos em oposição – contrastantes – por entre os quais se encontram tipos cuja finalidade visa a preparar o estudante para uma conduta de vida – que é a conduta do estamento –, seja de caráter mundano ou religioso.

Após trabalhar com essa tipologia e partindo dela, Weber questiona onde se situa na realidade o caráter da educação chinesa. Conclui que ela não se trata de uma educação carismática tampouco especializada, mas sim uma educação para uma conduta de vida. Nela, não havia necessidade de comprovação de habilitações especiais, tais como nos exames burocráticos e racionalizados verificados modernamente no ocidente, que avaliam a competência técnica de médicos e advogados, entre outros. Tampouco, a da posse de carismas.

Especificamente em relação à educação ocidental, sua evolução sócio-histórica é considerada por Weber tendo como parâmetros as civilizações helênica, medieval e moderna. Consta um processo de gradual racionalização, intensificada e característica da sociedade moderna. Na Grécia, caracterizava-se pelo ensino leigo e filosófico; na Idade Média, pelo caráter prático; e na modernidade, moderna pelo seu caráter técnico. Weber pensa esse processo histórico em termos “processo de racionalização”.

Tendo isso em conta, o quadro 8 resume os tipos ideais de educação em Weber e suas respectivas características.

QUADRO 08 – Tipos ideais de educação.

TIPOS	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
EDUCAÇÃO CARISMÁTICA	Educadores desejam despertar e testar capacidade considerada como um dom de graça exclusivamente pessoal, já que não se pode ensinar nem preparar um carisma.	- mágicos; - feiticeiros; - heróis guerreiros.
EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA	Organização do treinamento especializado de qualquer pessoa para finalidades úteis à administração.	- autoridades públicas; - escritórios; - oficinas; - laboratórios industriais; - exércitos disciplinados.
EDUCAÇÃO HUMANÍSTICA	Conduta de vida - “[A] pedagogia do cultivo, finalmente procura educar um tipo de homem, cuja natureza depende do ideal de cultura da respectiva camada decisiva. E isto significa educar um homem para certo comportamento interior e exterior” (Weber, 1982, p. 483).	- sujeitos cultivados e comprometidos com a sociedade (ou com as elites); - cavalheiros e cortesãos (a partir da tradição dos guerreiros japoneses).

FONTE: Adaptado de Sell (2002, p. 211).

Ademais, como bem aponta o comentador weberiano, “a vitória da educação técnica sobre a educação humanística na Alemanha também demonstra como a força avassaladora do processo de ‘desencantamento’ e ‘secularização do mundo’ atinge todas as esferas da vida social, inclusive a educação” (Sell, 2002, p. 214).

Com efeito, cabe aqui atentar à importância da expressão weberiana do “desencantamento do mundo” (Entzauberung der Welt) – que é acompanhado pela “secularização do mundo”. Na esfera religiosa,

[As denominações anabatistas, ao lado dos predestinacionos e sobretudo dos calvinistas estritos, consumaram a mais radical desvalorização de todos os sacramentos como meios de salvação e assim levaram o “desencantamento” religioso do mundo às suas últimas consequências.] Somente a “luz interior” [...] habilitava de modo geral à verdadeira compreensão das próprias revelações bíblicas de Deus (WEBER, [1904] 2004, p. 133).

Portanto, a revelação passava, no limite, às próprias “mãos dos homens”. Em suma, a despeito de o desencantamento do mundo significar, estritamente, desmagificação – em que a magia, como meio de salvação, é reprimida ou suprimida em proveito de prática religiosa fundada na ética. Em sentido mais amplo, emprega-se a expressão para designar as formas modernas de vida que são desprovidas de fundamento religioso e metafísico.

Nesse sentido, com a hegemonia da cultura tecnocientífica, constata-se o desencantamento científico do mundo, em que a educação por meio da ciência ou em função da ciência, visa desvelar o que está oculto, não só nas ciências naturais, como também na sociologia. Então a educação sociológica no mundo contemporâneo, nessa lógica, presta-se a “desmascarar” os mitos, ou seja, retirar os véus que ainda encantam a vida social. Ademais, se o sociólogo pode ser criticado por não apontar a direção da mudança social, sabia da força potencialmente revolucionária do carisma.

Descortina-se então um paradoxo, já que se vive etapa da história humana em que a racionalidade instrumentalizou a educação em função das diretrizes da técnica: a “sociedade do desencantamento” pode contar com formas de re-encantamento por meio das quais, enfim, toda ação educativa capaz de promover esse carisma tende a contribuir inexoravelmente à inovação e à mudança social.

ATIVIDADE – UNIDADE 3

Atividade 1 – Organize-se de preferência em grupo, que pode trocar experiências via Moodle, mas no qual ao menos um integrante possa sair ao meio físico do espaço social. Então, identifique um grupo ou comunidade – preferencialmente rural – que esteja isolado ou em situação de vulnerabilidade. Em seguida, com base na teoria durkheimiana, os estudantes devem identificar as causas do isolamento/vulnerabilidade e propor formas de integração social aos indivíduos. É fundamental que o grupo/comunidade seja ouvido pelos participantes, os quais depois proporão ao grupo/comunidade sugestões a resolução de seus problemas.

Atividade 2– Exiba para esse mesmo grupo/comunidade os filmes **Tempos Modernos (1936)**, de Charles Chaplin, que aborda a alienação na divisão do trabalho fordista/taylorista e **O homem que virou suco (1981)**, de João Batista de Andrade, que aborda a resistência de um poeta nordestino ante à opressão da cidade grande. Então, pergunte aos membros do grupo/comunidade suas impressões sobre os filmes. Em seguida, proponha atividade aos mesmos, em que são explicados os diferentes estágios da alienação de acordo com a teoria marxista. Enfim, proponha debate em que os participantes deem exemplos de trabalhos alienados e não-alienados, de modo que esclareçam porque eles consideram-nos uma coisa ou outra.



INTERATIVIDADE: TEMPOS MODERNOS. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Z5rv1R-9mPw>

O HOMEM QUE VIROU SUCO. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=FF70tq8QSS4>

Atividade 3 – Nesse mesmo grupo/comunidade, procure identificar possíveis lideranças. Então, com base na teoria weberiana, construa métodos de ação educativa orientada ao fomento do carisma no âmbito comunitário. Descreva as táticas adotadas. É fundamental que o grupo/comunidade seja ouvido pelos participantes, os quais depois proporão ao grupo/comunidade sugestões de métodos à ação educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso de elaboração deste livro partiu do esclarecimento da sociologia como ciência social autônoma, que se institucionalizou a partir das questões e contradições suscitadas pelo capitalismo na sociedade moderna. Numa abordagem inicial, privilegiou-se foco nas obras de Auguste Comte e de Émile Durkheim. De um modo geral, a preocupação desses pensadores esteve muito voltada aos fundamentos da solidariedade social, de modo que a discussão sobre a moral e a integração da sociedade nela encontra guarida.

Apresentados em seguida, Max Weber e Karl Marx demonstravam interesse pela dominação. Não obstante, com base em enfoques muito diferenciados. Em Weber, ela é produto da ação social e classificável de acordo com sua tipologia própria. Para Marx, ela é resultado da estrutura de classes, que confronta capitalistas e proletários na arena da produção, distribuição e consumo dos bens no sistema. Portanto, enfatiza o domínio econômico, enquanto que Weber atenta sobre a existência de outros domínios que concorrem para uma ordem vir a contar com provável obediência.

Dado o fato que a educação ocupa uma das posições centrais no processo de socialização dos indivíduos, a sociologia torna-se fundamental para a compreensão da ação educativa ao considerar o todo das relações sociais que de algum modo afeta o processo ensino-aprendizagem. De modo muito sumário, abordou-se a influência dos autores clássicos na educação. Do que se conclui da significativa diferenciação de seus enfoques. Até recentemente, dir-se-ia de preceitos metodológicos inconciliáveis. Não mais. Portanto, a escolha acadêmica por algum deles individualmente, quer seja à pesquisa ou à difusão de saberes, deve considerar as concepções de mundo – e de valores – diferentes por eles nutridas. O seu emprego, enfim, deve buscar respostas sobre que mundo e que valores está-se a buscar.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

ARNASON, J. P. Theorizing Capitalism: Classical foundations and contemporary innovations. **European Journal of Social Theory**. Vol. 18(4) p. 351-367, 2015.

BANFIELD, G. Marxist Sociology of Education and the Problem of Naturalism: An Historical Sketch. **Cultural Logic**. Special Issue: p. 211-234, 2013.

_____. Marx and education: Working with the revolutionary educator. **Journal for Critical Education Policy Studies**, Vol. 13(3), pp.8-28, Dec. 2015.

BOTTOMORE, T. (ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.072**, de 8 de março de 1940, que dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Legislação Informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacao-original-1-pe.html>.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 869**, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Legislação Informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>.

CARVALHO, J. M. de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, C. H. de.; CARVALHO, L. B. de O. B. de. O Positivismo e o Pensamento Educacional de Durkheim. **Educação e Filosofia**, v. 14, nºs 27/28, p. 81-88; jan/jun; jul/dez 2000.

CASTRO, C. A. P. de. **Sociologia Aplicada ao Direito**. 2. ed São Paulo: Atlas, 2003.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COHN, G. "Introdução", In: **Max Weber**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1979.

DURKHEIM, É. **O Suicídio**. Estudo de sociologia. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1973.

- _____. **Émile Durkheim**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1978 (a).
- _____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978 (b).
- _____. **A Evolução Pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- _____. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1893] 1999.
- _____. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. O Sistema Totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. **As Regras do Método Sociológico**. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1895] 2002.
- FAORO, R. **Os Donos do Poder**. Formação do Patronato Político Brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.
- FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, [1967] 1989.
- GIANOTTI, J. A. “Augusto Comte: vida e obra”. In: TRINDADE, H. (org.). **O Positivismo**: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- GIDDENS, A. “Introduction: Durkheim’s Writings in Sociology and Social Philosophy”. In: GIDDENS, A. (ed.). **Emile Durkheim**. Selected Writings. Cambridge, Eng.: Cambridge University Press, p. 1-50, 1972.
- _____. **Política, Sociologia e Teoria Social**. Encontros com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- HARVEY, D. **Para Entender O Capital** (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013 (a).
- _____. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 (b).
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 27ª ed.
- IANNI, O. “Introdução”. In: **Karl Marx**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1982.
- ISKANDAR, J. I.; LEAL, M. R. Sobre Positivismo e Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n.7, p. 89-94, set./dez. 2002.
- KALBERG, S. **Max Weber**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- LAGO, B. M. **Curso de Sociologia e Política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LARIZZA, M. "A República, a Ciência e as Paixões". In: TRINDADE, H (org.). **O Positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

LEVINE, D. N. **Visões da Tradição Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global Editora, [1848]1987.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

_____. MARX, K. "Teses sobre Feuerbach". In.: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, [1845] 2008 (a).

_____; _____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (b).

_____. **O Capital** (Livro I). São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MEKSENAS, P. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MIRANDA, L. **Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação**. Por uma Teoria da Comunicação Praxiológica. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

MORAIS FILHO, E. de. **Augusto Comte: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

MORRISON, K. **Marx, Durkheim, Weber**. Formations of Modern Social Thought. London: Sage, 1995.

MUCCHIELLI, L. O nascimento da sociologia na Universidade francesa (1880-1914). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 35-54. 2001.

NOVACK, G. **O Desenvolvimento Desigual e Combinado na História**. São Paulo: Sundermann, 2005.

PETIT, A. "História de um Sistema: o positivismo comtiano". In: TRINDADE, H. (org.). **O Positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PETRY, A. **Noções Básicas de Sociologia**. A Epistemologia e o Pensamento dos Clássicos. Porto Alegre: CirKula, 2014.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O. ; OLIVEIRA, M. G. de. **Um Toque de Clássicos**. Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- RITZER, G. **Classical Sociological Theory**. 6. ed. New York: McGraw-Hill, 2011.
- RODRIGUES, J. A. “Introdução”. In: Émile Durkheim: Sociologia. São Paulo: Ática, 1978.
- RUSCONI, G. E. “Capitalismo”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (eds.). **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2007.
- SELL, C. E. Max Weber e a Sociologia da Educação. **Contrapontos**. Ano 2 - n. 5 - p. 207-215, Itajaí, maio/ago. 2002.
- TURNER, J. H.; BEEGHLEY, L.; POWERS, Ch. H. **The Emergence of Sociological Theory**. 7. ed. London: Sage, 2012.
- URICOECHEA, F. **O Minotauro Imperial**. São Paulo: Difel, 1978.
- WALLERSTEIN, I.; COLLINS, R.; MANN, M. et al, **Does Capitalism Have a Future?** New York: Oxford University Press, 2013.
- WEBER, M **Max Weber**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1979.
- _____. “A “Objetividade” do Conhecimento nas Ciências Sociais” In.: **Max Weber**: Sociologia. São Paulo: Ática, [1904] 1979.
- _____. “Os Letrados Chineses”. In: **Ensaio de sociologia geral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, p. 482-490, 1982.
- _____. **Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada**. Crítica Política do Funcionalismo e da Natureza dos Partidos. Petrópolis: Vozes, [1917-1918] 1993.
- _____. **Economia y Sociedad**. Esbozo de Sociologia Comprensiva. 2. ed., 13ª reimp. México: Fondo de Cultura Económica, [1910-1922] 1996.
- _____. **Ciência e Política**: duas vocações. 11. ed. São Paulo: Cultrix, [1919] 1999.
- _____. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, [1904] 2004.
- WEISS, R. “Historical Meaning and Contemporary Relevance of Durkheim’s Sociology of Education”. In.: HIDAYAT, R. **Sociologi Pendidikan Émile Durkheim**. Jakarta: Rajawali Pers, 2014.

APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR AUTOR

Luciano Miranda é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Nessa universidade, concluiu os cursos de doutorado em ciência política, de mestrado em comunicação e informação, e de graduação em ciências jurídicas e sociais e em comunicação social. Já publicou diversos artigos, livros e capítulos de livros, bem como ministrou e ministra vários cursos e disciplinas na área da sociologia.

E-mail: *luciano.miranda@ufrgs.br*